

Coleção: Mulheres em Movimento

Vol.: 1

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S529 O sexo do trabalho / André Kartchevsky... | et. al. | ;
tradução de Sueli Tomazini Cassal. — Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1986.

(Mulheres em movimento, v. 01)

Tradução de: Le sexe du travail — Structures familiales
et système productif.

Vários colaboradores.

1. Mulheres — Empregos. 2. Mulheres — Condições
sociais. 3. Mulheres, Direito das. I. Kartchevsky, André II.
Série.

86-0995

CDD-331.4
CDU-331-055.2

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

André Kartchevsky-Bulport - Danièle Combes - Monique Haicault -
Hélène Le Doaré - Helena Hirata - Danièle Kergoat - Fátima Hakiki-
Talahite - Danielle Chabaud - Dominique Fougeyrollas-Schwebel -
Elisabeth Souza Lobo - John Humphrey - Leda Gitahy - Rosa Moysés
- Donatella Ronci - Mariella Pacifico - Anni Borzeix - Margaret Ma-
ruani - Bianca Beccalli

O SEXO DO TRABALHO

Tradução de Sueli Tomazini Cassal



PAZ E TERRA

no mercado e, ao mesmo tempo, *fora* dele; engendradas simultaneamente pelo sistema produtivo e fora dele, o que explicaria a autonomia relativa, mas real, dessas categorias e faria com que se reconsiderasse, em seu conjunto, o problema da resistência operária e das mulheres nesse movimento contraditório. Na verdade, as mulheres adquiriram a certeza de serem capazes de ganhar a vida (em vez de fornecerem um complemento à renda doméstica), mas tiveram igualmente que enfrentar a suspeita de que roubavam o trabalho dos homens ao aceitarem baixos salários. Efetivamente, o desejo de manter o *status quo* sexual foi muito forte e, durante muito tempo, os trabalhadores tiraram vantagem da condição masculina porque optaram por apoiar (mesmo tacitamente) a *partição* sexual do trabalho (partição referente à alocação diferenciada do contingente de mão-de-obra). A oposição sindical — principalmente a dos sindicatos especializados como o dos Trabalhadores na Indústria Tipográfica — à integração das mulheres foi quase unânime. (O Sindicato dos Tapeceiros e Trabalhadores da Indústria Têxtil de Kidderminster na Grã-Bretanha, no início deste século, aceitou a inscrição de mulheres em seus registros, mas segundo a norma que estabelecia que um voto masculino valia 25 votos femininos...)

Durante muito tempo — e quem sabe ainda hoje em dia — os sindicatos aceitaram o caráter limitado da vinculação das mulheres à massa dos trabalhadores; exigiram seu *retorno* ao lar durante os períodos de crise profunda (tanto econômica quanto ideológica e política) e consideraram a presença das mulheres no mercado de trabalho em termos concorrenciais. Isso significa que os sindicatos — instituições como quaisquer outras — revelam-se, por isso mesmo, incapazes de pensar a força de trabalho feminina como sendo *específica* (por causa da exclusão da qual ela é objeto), e, ao mesmo tempo, como parte integrante do trabalhador coletivo; como parte inerente interessada na dialética capitalista, que é unidade e contradição, no momento mesmo em que a inter-relação entre o aspecto *privado* e o aspecto *público* é colocada pelas próprias mulheres em termos genéricos de uma realidade diversificada, de um movimento social multifacetado.

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO. RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXOS E DE CLASSES

Danièle Combes, Monique Haicault

Modo de emprego

Este artigo é produto de uma confrontação laboriosa mas profícua (para nós, pelo menos) de dois pensamentos que não concorrem entre si, nem espontaneamente, nem em todos os pontos. Esforço motivado pelo desejo de submeter à discussão atual uma reflexão que pretende contribuir para renovar os termos do debate, pondo fim à busca — inútil, a nosso juízo — de um *inimigo principal*: patriarcado ou capitalismo; ou de esferas e de relações sociais principais ou secundárias.

A pluralidade das definições e as inúmeras conotações de termos como “produção”, “reprodução”, “sexos”, “classes” (sem falar no termo “lutas”, igualmente compreendido em acepções diversas, às vezes, irreconciliáveis) tornam temerário o exercício de definição a que, no entanto, devemos nos dedicar e sempre voltar... Como gostaríamos que o leitor(a) pudesse abstrair essas conotações!¹ Esse desejo, porém, acentua a fragilidade de análise que faz apelo a um termo como “patriarcado”, que não nos satisfaz mas do qual (provisoriamente) não podemos abrir mão.

Não proporemos neste artigo uma teoria da articulação produção-reprodução, nem das relações entre lutas de classes e lutas de

1. Dessa forma, quando falarmos de *produção*, gostaríamos que não se entendesse como *economia*, e que não se conclua precipitadamente que ignoramos ou excluímos as dimensões política e simbólica que participam, de forma expressiva, dos dois tipos de subordinação cujas articulações procuramos apreender.

sexos, menos ainda da articulação das relações entre patriarcado e capitalismo. Tal teoria deve ser construída.

Incluimo-nos entre as numerosas pessoas que pensam que tal construção é urgente. A partir do fio condutor do trabalho doméstico, empreendeu-se uma vasta desconstrução-reconstrução que não se deixará entrar nem mesmo pela introdução sistemática das categorias de sexos nas pesquisas, como o que ocorre atualmente, na melhor das hipóteses, nas ciências sociais. Trata-se de um reamejamento teórico que, a partir de uma análise materialista das relações sociais — ao mesmo tempo geradoras e suportes das práticas —, interpela os postulados das determinações hegemônicas e causais e restitui à esfera política a onipresença e uma maior complexidade mediante a introdução do patriarcado como sistema sócio-político atuando tanto na produção material quanto na dos seres humanos.

O Estado, a Ciência, as técnicas e as instituições já não podem ser pensados somente a partir de suas ligações com as classes sociais do sistema capitalista, mas devem ser pensados, igualmente, ao mesmo tempo (e não como algo adicional ou à margem) a partir de suas ligações com as relações entre os sexos desse mesmo sistema social.

Indicamos, neste artigo, alguns elementos ou possibilidades de resposta teórica e, sobretudo, levantamos algumas questões que são o fruto de reflexões amplamente coletivas, na maioria dos casos. Tais reflexões nos concernem, igualmente, e é mediante a veiculação das idéias que elas se enriquecem. Esperamos que sejam formuladas de tal forma que possam alimentar o debate e estimular o diálogo.

I. UNIDADE DA PRODUÇÃO E DA REPRODUÇÃO E SUBORDINAÇÃO DA REPRODUÇÃO À PRODUÇÃO E DE UM SEXO AO OUTRO

1. *Produção dos bens e produção dos seres humanos*

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. As exi-

gências da análise levam-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução.²

Compreendidas dessa forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra; uma é a condição da outra. Curiosamente, no entanto, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinam e determinam ainda as modalidades da reprodução.³

O surgimento e o desenvolvimento de um modo de produção que transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirmam (e simbolizam) a subordinação da reprodução à produção, fato anterior ao capitalismo e capaz de sobreviver a ele.

Certamente é bastante vago falar assim de subordinação ou de submissão; mas, por enquanto, trata-se somente de enunciar ou retomar uma idéia simples, porém fundamental, para nossa reflexão, sem prejudicar suas múltiplas consequências para a análise.

2. *Uma subordinação sustentada por outra*

Formulamos a hipótese de que essa subordinação se apóia numa outra subordinação ou submissão — a das mulheres aos homens — a qual repousa na divisão sexual do trabalho.

Essa ligação e o caráter coextensivo desses dois tipos de subordinação engendrando-se reciprocamente — que encontramos nos diferentes modos de produção — parecem ser, a nosso juízo, de uma importância decisiva para que possamos apreender a dupla articulação que nos interessa aqui, numa reflexão centrada essencialmente na sociedade capitalista.

Bem anteriormente à separação entre espaços e tempos da produção e da reprodução introduzida pelo capitalismo, e que se

2. A distinção entre produção e reprodução não abrange, então, a distinção entre produção mercantil e não-mercantil.

3. Não nos cabe, neste trabalho, deslindar — através dos dados da antropologia ou da história — as condições de surgimento dessa relação; no entanto, ela corresponde, em grande parte, à instauração do sistema patriarcal, ele próprio articulado com o desenvolvimento de sociedades de classes e com a produção organizada de excedentes.

expandiu a partir dele, houve uma separação dos agentes da produção e da reprodução com base nos sexos: na verdade, a designação prioritária dos homens para a produção e a das mulheres para a reprodução não data do capitalismo. Antes de tal modo de produção, e sob sua dominação, os homens e as mulheres participam, em toda a parte, de modo desigual da produção e da reprodução.

Essa partição dos sexos na produção e na reprodução traduz, então, uma divisão sexual, que estrutura assim as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. Com efeito, a designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sócio-político.

Utilizando a expressão "designação prioritária", já empregada por outros e válida para todos os sistemas sociais, é necessário fazer duas precisões:

— primeira: a separação indiscriminada dos agentes da produção e da reprodução é sempre parcial, já que as mulheres estão sempre presentes na produção e os homens, na reprodução, quaisquer que sejam as modalidades dos papéis ocupados e os modos de produção considerados;

— segunda: existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho operando na produção e na reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos, a subordinação de um sexo ao outro.

A subordinação da reprodução, a organização sócio-política da dominação de um sexo pelo outro e, mais geralmente, da exploração de seres humanos por outros seres humanos são encontradas em numerosas formações sociais e em modos de produção muito diferentes que as caracterizam.

Não é inútil insistir nesse ponto, no momento em que há uma profusão de análises que consideram o capitalismo como fundamento único da realidade social atual e, particularmente, como origem do trabalho doméstico e da organização da reprodução, entendida como uma necessidade específica e, além do mais, tardia do modo de produção capitalista.

3. Desenvolvimento do capitalismo e reorganização da reprodução

Se a divisão sexual do trabalho que designa prioritariamente os homens para a produção e as mulheres para a reprodução é bem

anterior ao modo de produção capitalista, é claro, no entanto, que o advento do capitalismo subverte não apenas as condições da produção de bens mas também as condições da produção dos seres humanos.

As novas modalidades da produção dos bens, principalmente — mas não apenas porque introduzem uma separação entre espaços e tempos da produção e da reprodução —, desorganizam as formas ou quadros sociais anteriores da reprodução. E a história do capitalismo será igualmente, e desde o início, a história de uma nova organização da reprodução.

Sublinharemos aqui dois traços, a nosso ver, fundamentais e interligados dessa nova organização da reprodução.

— Primeiro: a reprodução no modo de produção capitalista é, desde o início, uma das forças em jogo da luta de classes e, ao mesmo tempo, da luta de sexos;

— Segundo: desde muito cedo ela se torna uma questão de Estado, domínio no qual os capitalistas individuais organizam coletivamente a gestão (fragmentada), mas também domínio político e público.

Na gênese do capitalismo, a organização da produção tinha primazia com relação à organização da reprodução. Homens, mulheres e crianças são submetidos a tais condições de exploração, o que faz com que a reprodução cotidiana de sua força de trabalho torne-se ameaçada. Ameaçada para eles próprios mas, em seguida, ameaçada igualmente para o desenvolvimento da produção capitalista. Dessa forma, a regulamentação e a limitação da duração da jornada de trabalho tornam-se necessárias. Mas não é inútil lembrar que, desde o início, tanto essa condição da reprodução quanto outras são algumas das forças em jogo na luta entre o capital e o trabalho; um elemento da correlação de forças.

Desde o início do capitalismo, igualmente, os espaços, unidades e modalidades concretas da reprodução fazem parte integrante da luta de classes: de um lado, tentativa de organização de condições de moradia e de vida, moralizando, disciplinando, moldando o operário(a) no âmbito de uma família adequada à exploração, adequada também, e de forma inseparável, à opressão específica das mulheres na produção e na reprodução. De outro lado, tentativa de resistência operária, nos próprios locais de trabalho e fora deles, contra o processo de exploração levado a cabo, em toda a parte, na divisão capitalista do trabalho — e, para as mulheres, tenta-

tiva de luta contra uma superexploração — a favor do controle das condições sociais concretas da produção dos seres humanos; controle obviamente ligado ao da produção de bens.

Sem dúvida alguma, a forma de família que conhecemos e sua predominância são expressão da dominação do capitalismo. Ao mesmo tempo e de forma inseparável, elas são a expressão do sistema patriarcal: se os trabalhadores dos dois sexos caem no engodo da família, as mulheres, por sua vez, caem duplamente... Isso reforça a dificuldade (mais adiante voltaremos a esse assunto) de analisar a reprodução dos seres humanos no âmbito familiar sem suprimir as relações sociais antagônicas das classes e dos sexos, que operam simultaneamente na família.

A família, tal como a conhecemos, e, mais amplamente, o conjunto dos aparelhos atuais da reprodução são também o resultado de uma delegação crescente de poder dos capitalistas ao Estado, em tal questão. O resultado de uma intervenção tentacular e multiforme do Estado, assenhoreando-se das esferas da habitação, da educação, da saúde e da previdência, etc., mantendo e desenvolvendo um aparelho policial e judicial, normas legislativas, em síntese, tudo o que contribua para fixar as condições sociais da reprodução. A família é também, e de forma indissociável, o resultado de um Estado — e, de forma mais geral, de um poder político onipotente — que produz os suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a exploração e a superexploração das mulheres indiscriminadamente; permitindo ou facilitando a interiorização das normas sociais de sexo e de classe, particularmente, através de um discurso que, paradoxalmente, valoriza a esfera privada e o individualismo! Talvez seja a esse nível que se manifesta com mais intensidade a osmose capitalismo-patriarcal, os quais se produzem e reproduzem mutuamente.

Se o desenvolvimento das formas concretas da produção material acarreta o desenvolvimento das formas concretas da produção dos seres humanos, esse movimento não é nem automático, nem impulsionado por uma única lógica que seria a do capital, ou a das forças produtivas.

Insistimos, por conseguinte, na necessidade de substituir as teses de um princípio diretor pelas teses que restituem às relações sociais o papel preponderante na formação social considerada.

Afirmamos igualmente que as relações sociais que se estabelecem na produção material não se opõem às que contribuem para

a produção dos seres humanos. A contradição não se situa entre uma e outra forma de produção percorridas permanentemente por um duplo antagonismo (sexos, classes), elemento propulsor da manutenção e da transformação das modalidades da produção e da reprodução.⁴

Esse fato nos leva a postular de maneira diferente os laços entre a luta de classes e a luta dos sexos: tanto quanto as relações sociais que as originam, tais lutas não são separáveis nem passíveis de se tornarem autônomas.

A relação social antagônica entre os sexos exprime-se, indiferentemente, na produção e na reprodução. Ela não está, de modo algum, circunscrita à família; assim como, aliás, a relação social entre o capital e o trabalho não está circunscrita à produção. É preciso, portanto, banir qualquer visão idílica de uma aliança entre os sexos na luta de classes: trabalhadores e trabalhadoras unidos contra o capital, esquecendo suas divergências como se fossem brigas de casal para serem resolvidas em outra instância, nos lares ou, como se costuma dizer, na esfera privada, até mesmo nas alcovas... ou para serem resolvidas mais tarde, em dias futuros, mais do que problemáticos para as mulheres. É necessário, igualmente, abandonar a alternativa: luta de sexos ou luta de classes. As mulheres, em suas práticas, nunca são confrontadas a tal dilema, pelo menos nesses termos. Elas não podem — mesmo que quisessem — conduzir eficazmente uma luta sem a outra e, nesse sentido, são duplamente exploradas, onde quer que se encontrem.

II. CONSENSO E DIVERGÊNCIAS SOBRE AS ABORDAGENS DA RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Estamos conscientes de que o que acabamos de dizer pode parecer, para alguns, como opiniões unânimes, em grande parte. O consenso é menor do que parece, todavia. Através de trabalhos recentes, pode-se tentar fazer um levantamento de pontos divergentes que permitam o avanço da análise.

Vale a pena lembrar que os problemas teóricos nunca aparecem fora dos movimentos sociais que, de uma maneira ou de outra,

4. Não falamos aqui de relações sociais na produção, reservando à relação capital-trabalho o termo de relações de produção.

forneçam-lhes o suporte.⁵ Assim, a emergência das questões que nos preocupam aqui deve-se, em grande parte, a uma ofensiva própria das mulheres nesse campo.

Freqüentemente, a teoria permaneceu em defasagem em relação a essas práticas sociais ativas, como se não conseguisse sair de esquemas cuja estreiteza era, contudo, acentuada pela temática dos movimentos sociais e como se, efetivamente, fosse impossível falar simultaneamente de relações de classes e de relações entre os sexos.

Observemos, de passagem, que ignorar uma dessas duas relações não implica, por isso mesmo, uma análise correta e eficaz da outra.

A partir de 1968, dois temas principais situam-se imediatamente na articulação produção-reprodução, porque mostram as ligações orgânicas de tal articulação:

— a alienação dos *savoir-faire*, do tempo, da iniciativa, e a degradação da vida cotidiana (na produção e na reprodução) ligadas às novas formas da divisão do trabalho;

— a apropriação — pelas mulheres — de seus corpos: contra o corpo-máquina, corpo-matriz, corpo-mercadoria, corpo de operária não qualificada doméstica: tema importante da luta das mulheres, precisamente porque nele se exprimem, concomitantemente e num mesmo movimento, a luta de classes e a luta dos sexos.

Dois outros temas, cuja expressão é mais discreta e mais difusa, mostram igualmente essas ligações:

— a recusa a normalizar e atomizar a família pelos dispositivos do trabalho social e da medicina, e o desejo de suprimir a ambigüidade fundamental de outras intervenções, que visam sempre ao ingresso no trabalho através do jogo da assistência;

— o questionamento da finalidade da produção e das escolhas econômicas postulado pelos ecologistas e pelos defensores de uma produção que estaria a serviço da reprodução; o questionamento do produtivismo e de uma moral do trabalho que lhe é pertinente.

5. No entanto, se os movimentos sociais são indicadores ativos do estado das relações sociais, eles não produzem, por si próprios e automaticamente, os objetos de pesquisa correspondentes.

1. Articulação pela força de trabalho e pelo consumo

Uma referência teórica muito freqüente consiste em partir do monopólio dos espaços econômicos e dos tempos de produção operado pelo capitalismo, para afirmar a separação entre produção e reprodução como um fato de estrutura... com o risco de alimentar a oficialíssima tese da reprodução: assunto de família e de Estado.

Dessa forma, a reprodução só interessaria à produção na medida em que fabrica e mantém essa mercadoria especial que é a força de trabalho. Uma referência teórica que se limitaria, freqüentemente, ao estudo das formas de consumo. O trabalho doméstico, quando reconhecido, é reduzido a uma produção de valores de uso num processo de trabalho pré-capitalista que a expansão do modo de produção capitalista condenaria à extinção.

Nessa perspectiva, a própria família não é apreendida como esfera e como força em jogo da luta de classes e dos sexos, mas como simples local de reprodução da força de trabalho. Na verdade, a família é considerada como força em jogo de luta social (pela reivindicação de aumento de poder aquisitivo e melhoria das condições de vida "extra-trabalho"), mas luta levada fora do âmbito da família.

Se essa tese se enriqueceu com o estudo dos modos de vida, tais modos continuam ainda muito freqüentemente ligados à mobilização social — utilização pelo capital da força de trabalho. A história pessoal pode ser interpretada somente como a aprendizagem de uma qualificação social, a serviço do capital, e não como revêladora de mecanismos sociais onde já estão operando as relações de classes e de sexos.

Outros trabalhos colocaram em questão essa separação, mediante novas abordagens do trabalho doméstico, da família e, mais amplamente, da produção dos seres humanos ou produção "antropômica".⁶ Abordamo-los aqui de uma forma que visa sobretudo sublinhar e, se possível, esclarecer as insuficiências analíticas e os riscos que também corremos, em vez de afirmar o evidente parentesco e nossa própria vinculação a essa linha de pesquisa, que para nós é evidente.

6. D. Bertaux, *Destins personnels et structure de classe*. PUF. Collection Politiques, 1977.

2. A autonomia relativa da família

Curiosamente, mesmo que a dupla inserção das mulheres na produção e na reprodução esteja na base dessa análise, privilegia-se nela a idéia segundo a qual o capitalismo teria engendrado, para seu uso, a forma de família que lhe convinha, ao atribuir às mulheres o trabalho doméstico. Como se isso fosse uma novidade histórica e como se a família constituísse uma forma social definitiva.

Pensamos que essa tese não leva suficientemente em consideração a divisão do trabalho na produção e, mais particularmente, seu componente sexual, e que ela tende a negligenciar o fato de as relações de classe atuarem também na reprodução. A noção de autonomia relativa da família parece, então, estar baseada na idéia de relações sociais distintas, contendo relações específicas a cada uma das esferas.⁷

Ora, isso é problemático. Pois não se pode justificar a autonomia, produzindo a separação pela própria análise que se faz de relações sociais distintas. De certa maneira, não se cai de novo na armadilha do corte analítico que faz antes depender a família mais do Estado do que das relações sociais na produção: relações de classes, relações entre sexos?

Com efeito, o trabalho doméstico e a família, se não podem ser isolados do conjunto dos aparelhos ou instrumentos da reprodução, não podem — não mais do que esses próprios instrumentos — ser analisados independentemente da divisão sexual do trabalho que atua na produção e na reprodução.

A nosso ver, a reprodução pode ser tanto menos apreendida de maneira autônoma quando se sabe que a divisão do trabalho tem sua origem na produção.

3. A separação conjurada pelo projeto familiar

Por seu lado, a hipótese de uma lógica da família em torno do projeto familiar não se apóia num certo esvaziamento do papel das relações de classe, como também das relações entre sexos, quando

da constituição do projeto familiar que se torna, então, de alguma maneira, o princípio unificador das práticas sociais?

As contradições que existem na família não seriam compreendidas senão sob o ângulo de conflitos entre o homem e a mulher, incessantemente reduzidos, resolvidos ou neutralizados, com vistas à manutenção do projeto familiar... Em última instância, somente a crise ou a ruptura do casal reintroduziria as relações sociais antagônicas postas entre parênteses. Ora, torna-se tanto mais necessário evitar tais riscos na medida em que a própria riqueza da abordagem antroponômica consiste em restituir às relações sociais para a reprodução da vida imediata o seu papel na base material de toda sociedade.

4. A abordagem antroponômica: uma concepção ampliada da reprodução

A abordagem antroponômica restabelece a unidade da produção dos bens e a dos seres humanos, tentando fundamentar a análise das formas sociais da reprodução nas relações sociais de produção, e apreender a sua evolução, em sua articulação com formas de desenvolvimento do capitalismo.

Ela renova e amplia a própria concepção e o campo da reprodução, acentuando a riqueza multiforme da produção da energia humana que nem a análise da produção-distribuição de bens nem a apreensão das relações sociais na produção, e ainda nem análises exclusivamente centradas na família, podem esgotar.

Estamos de acordo com a orientação global dessa abordagem⁸ e esse texto pretende ser uma contribuição à aplicação desse instrumental analítico. É o que nos leva a criticar, em todo o decurso desse trabalho, o que nos parece ser uma enorme falha: a insuficiente consideração do fato de que a produção antroponômica se organiza, igualmente, na base das relações sociais entre os sexos, tais como elas existem na produção de bens e não apenas na divisão do trabalho doméstico.

8. Não seria possível condensar aqui as hipóteses e os primeiros resultados dessa abordagem. Remetemos aos artigos mencionados em nossa bibliografia e, primeiramente, ao livro já citado de D. Bertaux.

7. Abordagens muito mais (e abusivamente) autônomas da produção eliminando quase totalmente as relações entre os sexos não contribuíram para a elaboração da tese da autonomia relativa que lhe é diametralmente oposta?

Circunscrever a divisão sexual ao trabalho doméstico seria prova de incoerência, com graves prejuízos para a compreensão dessa orientação.

III. ARTICULAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE SEXOS E DE CLASSES ATUANDO NA PRODUÇÃO E NA REPRODUÇÃO

→ Nossa maior preocupação é retornar a uma concepção viva das relações sociais e dar conta dessas relações, através de uma análise das formas nas quais elas se concretizam e nas quais elas se baseiam em permanência.

Ainda que, frequentemente, sejamos levados a questionar essa ou aquela prática social do ponto de vista de uma dada relação social, é evidente que nenhuma prática social concreta não é jamais a pura expressão ou manifestação de uma relação social única. Gostaríamos de esclarecer o fato de que numerosas práticas sociais dependem, principalmente e de forma indissociável, das relações sociais de classes e das relações sociais entre os sexos, na produção de bens, onde elas se originam, e na dos seres humanos, onde elas prosseguem atuando de forma dinâmica.

Partir, mais uma vez, das relações sociais é, de início, romper com os pontos de vista unilaterais, a partir dos quais a família é apenas um instrumento do capital, e como tal, patrulhada pelos aparelhos estatais, constituída, definitivamente, para as necessidades da produção e por elas incessantemente reproduzida. Assim, a única dinâmica seria sua submissão progressiva aos dispositivos que o modo de produção capitalista desenvolve para colocá-la sob seu controle.

Assim, partir das relações sociais entre os sexos e de classes é igualmente, para nós, tentar superar as insuficiências da análise estrutural, que é inoperante no sentido de dar conta das relações sociais postas em ação, sem negligenciar, no entanto, a permanência da estrutura e seu peso sobre as práticas sociais.

1. Presença das duas relações nas duas esferas

Do ponto de vista de uma análise estrutural, com efeito, pode-se dizer que as relações entre os sexos na produção e na

reprodução não são de natureza diferente; relações de dominação ideológico-política e de apropriação — que colocam as mulheres em posição de inferioridade, de servidão e de submissão. Mas vê-se bem que a análise estrutural não permite dar conta nem das lutas travadas no interior dessas relações nem do que se passa realmente entre a produção e a reprodução.

★ A mesma observação é válida, evidentemente, para as relações de classe. Afirmar, como o fazemos, que as mesmas relações sociais entre os sexos e de classes atuam na produção e na reprodução é contradizer um esquema ainda muito poderoso que situa — essencialmente, quando não exclusivamente — as relações de classes na produção e as relações entre os sexos na reprodução.

Esse esquema é de tal forma difundido, inclusive entre os pesquisadores em ciências sociais, dos quais fazemos parte, o que nos conduz, frequentemente, à direção diametralmente oposta:

— seja pela multiplicação dos sinais (eles não faltam) da presença das relações de classe na reprodução, ou das relações entre sexos na produção — também abundantes, mas raramente levados em conta;

— seja, de forma mais sutil, questionando sobre o prosseguimento ou a extensão das relações de classes à reprodução, e das relações entre sexos à produção.

A presença das relações de classes na reprodução não necessita mais ser demonstrada. Isso não significa, ao contrário, que se veja toda a sua importância e todas as suas dimensões e, igualmente, que se controlem todas as suas implicações para a análise.

A existência de classes de família ou de famílias de classes é, certamente, um primeiro nível — importante — de apreensão das relações de classes na esfera reprodução-família: as relações de classes não atuam unicamente no ato de produção; elas são atuantes nos mecanismos de alocação dos indivíduos no mercado de trabalho e, em consequência, já atuam no que constitui, amplamente, a produção dos seres humanos e, de maneira mais acentuada, na família. Falar de uma socialização diferencial de classe significa postular essa íntima interdependência entre as relações de classes, as classes de família e os mecanismos sociais de socialização-formação.⁹

9. D. Bertaux, *op. cit.*

Da mesma forma, não precisa mais ser demonstrada a existência de um trabalho doméstico de classe — dependendo, nos seus meios, nos seus conteúdos, nos seus objetivos, das relações de classe e da posição de um e de outro membro do casal nas relações de produção.

Esse nível de análise está longe de esgotar a realidade ou a onipresença das relações de classe na reprodução, onde elas atuam, igualmente, em práticas sociais que não evidenciam apenas a vinculação de classe, mas o antagonismo entre as classes.

No que concerne a presença das relações entre sexos na produção, ela permanece como sendo o objeto de um reconhecimento formal, na maioria das vezes. Nesse ponto, a análise parece estar atenta às práticas patronais e operárias dominantes, concorrendo para a negação das relações entre sexos na produção, e seu esvaziamento em direção à reprodução.

Esse esvaziamento se opera em vários níveis. Ele é, ao mesmo tempo, ignorância da especificidade da mão-de-obra feminina que, no entanto, fundamenta a exploração das mulheres na produção. Ela significa, igualmente, não se levar em conta que as relações entre sexos definem uma distribuição da mão-de-obra que, contudo, se apresenta em todas as outras; ignorância também da permanência da divisão sexual das tarefas no processo de divisão capitalista do trabalho.

Ele está também profundamente ligado à tendência à demissão-recontratação da mão-de-obra feminina; tendência essa que data do momento de inserção das mulheres na produção. A posição de inferioridade das mulheres na produção, o fato de serem ignoradas para a promoção, a desvalorização econômica de seu trabalho, sua desqualificação, o fato de lhes serem reservadas todas as formas de trabalho precário, as condições particulares de trabalho a que são submetidas, são mecanismos que favorecem o movimento das entradas e das saídas do processo de produção e tendem a submeter as mulheres às relações entre sexos, tanto na família (quando muito não fosse, pela situação de dependência econômica), como também na produção.

Sabe-se agora como o questionamento pelas mulheres das relações entre sexos engendra formas de luta e de gestão das lutas próprias ao grupo social das mulheres (Bonneterie Troyenne, LIP, Confection Industrielle du Pas-de-Calais, etc. para nos atermos apenas a alguns exemplos franceses). Não se falou, a esse respeito, de

um *feminismo operário*? Mas talvez se tenha negligenciado o fato de que a originalidade dessas lutas se devia à não-separação das esferas e das relações sociais entre os sexos e de classes.

Falar de *prosseguimento* ou de *extensão* das relações de classes à reprodução ou das relações entre sexos à produção evoca uma separação primordial e a estruturação autônoma de cada um dos campos por uma das relações sociais, com exclusão — total ou parcial — da outra. Tratando-se da análise do modo de produção capitalista, pensar em termos de extensão dos campos de ação respectivos das relações sociais entre sexos e de classes, de uma esfera à outra, é impingir a esse modo de produção ou ao seu desenvolvimento ligações, entre sexos e de classes, mas também, entre a produção de bens e a dos seres humanos cujo substrato (submissão de um sexo ao outro, exploração de indivíduos por outros e subordinação da reprodução à produção) se encontra em outros modos de produção e nas formas arcaicas de organização das estruturas sociais.

Para nós, a especificidade do modo de produção capitalista está nas formas de subordinação da reprodução à produção: na extensão das práticas de dominação de uma classe sobre o conjunto do campo social, na coerência e na imbricação das relações sociais entre sexos e de classes, na extensão das lutas que o processo de exploração provoca.

Dizer que esse movimento tem sua origem na produção não significa, para nós, uma adesão, mesmo em última instância, ao primado da economia. Também não se trata de se questionar sobre os *efeitos* das relações sociais de produção na reprodução, mas de tentar mostrar como o desenvolvimento das modalidades capitalistas da produção de bens reforça, em todos os campos, a exploração e a luta contra a exploração.

As modalidades de submissão do trabalho doméstico são um bom exemplo da complexidade desse movimento.

Nem a extensão do capitalismo à produção-distribuição de bens de consumo, de bens intermediários e de meios de produção doméstica, nem o desenvolvimento do setor capitalista de serviços e do setor estatal ocasionaram (ou objetivaram) o desaparecimento ou o desafogo do trabalho doméstico. O seu aspecto de trabalho gratuito, mesmo que tenha repercussões sobre a massa salarial, está longe de ser o único elemento em jogo na manutenção desse trabalho que o processo de desqualificação não poupa.

A extensão da produção capitalista e a intervenção estatal crescente na reprodução participam direta ou indiretamente no processo de acumulação de capital. Elas se traduzem, igualmente, pela crescente exploração das mulheres maciçamente inseridas no trabalho assalariado, nos setores respectivos (esquece-se, muito frequentemente, que a atribuição prioritária das mulheres à reprodução reveste também esta forma), pela acentuação da exploração do conjunto das mulheres enquanto trabalhadoras domésticas, e nas duas esferas, pelo agravamento da submissão das mulheres aos homens.

Os aspectos concernentes à saúde ilustram bem esse fenômeno: a privação dos *savoir-faire* característicos ao parto, à educação das crianças, aos cuidados cotidianos, ao envelhecimento e à morte — transformados em serviços mercantis ou não mercantis — tornou as mulheres cada vez mais dependentes da mercadoria capitalista e da hierarquia masculina, simultaneamente. Sabe-se a esse respeito até que ponto o serviço da saúde é dominado por um sistema sócio-político de tipo patriarcal, em seu funcionamento interno como em suas relações com a clientela.

Observemos, desde já, que uma análise séria dos processos de trabalho nesse setor, nas instituições de escolarização-formação ou no campo do *trabalho social* permitiria, precisamente, mostrar com a extensão das relações de produção capitalistas aos novos setores produtivos, e o desenvolvimento de um setor estatal engendrado e impregnado pela divisão capitalista do trabalho se apóiam nas relações entre sexos, pressupõem-nas e reforçam-nas.

2. Sexos e classes, aliança e oposição

Até aqui, falamos indiferentemente de relações sociais e de lutas. Os dois termos são intercambiáveis enquanto se permanece no nível estrutural; enquanto se consideram isoladamente classes e sexos e enquanto se questionam as práticas, alternadamente, do ponto de vista de um ou de outro elemento em jogo. Num ou noutro caso, com efeito, a natureza antagônica da relação social faz com que sua história esteja totalmente na luta.

Parece-nos que é quando tentamos compreender a articulação dessas duas relações e apreender como elas co-atuam e interagem nas práticas sociais que somos levados a introduzir a noção de

aliança e, mais precisamente, de aliança desigual dos sexos na luta de classes.

Afirmar, como fazemos, que a luta de classe e a dos sexos estão ambas presentes, permanentemente, na produção e na reprodução, parece-nos fundamental para a análise de práticas sociais que, tanto no que diz respeito à luta de classes e dos sexos, não são alternadamente, porém simultaneamente, elementos de aliança e de oposição.

Talvez seja necessário fazer aqui um parêntese, para precisar que o termo "luta", na acepção em que o empregamos, não se limita às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais: toda prática que é contra (mas não necessariamente de forma consciente) as formas de dominação que assumem uma ou outra (frequentemente uma e outra, para as mulheres) das relações sociais aqui consideradas é tributária, a nosso juízo, da luta: absenteísmo, usos da doença, do corpo, estratégia de frear as máquinas, indisciplina, desperdício, solidariedade, são elementos da luta de classes. Da mesma forma, toda prática — mesmo as não coletivas — das mulheres contra a dominação patriarcal e as formas sutis de poder que ela reveste expressa a luta dos sexos.

Isto posto, a questão que se coloca é, ainda e sempre, a da articulação dessas relações, que formulamos em termos de oposição e de aliança e, decididamente, não em termos de prioridade ou de dependência.

Homens e mulheres estão sempre — em ambas as esferas — numa relação antagônica, na medida em que pertencem a um ou outro sexo (opressor ou oprimido) e, *ao mesmo tempo*, numa relação de aliança em uma base desigual, pelo fato de pertencerem à mesma classe social, isto é, a uma ou a outra das duas únicas classes que examinamos aqui, definidas pela relação de exploração.

Essas duas classes estão em uma relação puramente antagônica, mas a luta que opõe assim, de forma permanente e geral, o capital ao trabalho não exclui, obviamente, a diversidade das posições e dos interesses nem a das relações sociais de oposição internas a cada uma das duas classes.

As relações entre sexos definem uma distribuição da mão-de-obra frequentemente negligenciada, como já vimos, na análise dos conflitos trabalhistas e no desenvolvimento mesmo desses conflitos.

Essa oposição, como outras, é permanentemente utilizada pelo capital: o sistema patriarcal instaura a exploração das mulheres na

produção, e essa exploração é tanto mais forte na medida em que ela se verifica com o consentimento tácito da mão-de-obra masculina. Acrescentemos que a utilização ou o apoio do capital sobre o patriarcado não se detém aí, como o atestam as múltiplas tentativas patronais de se aliar às mulheres e às mães para disciplinar a mão-de-obra masculina.¹⁰

Então, se a articulação entre relações de classes e relações entre sexos é complexa na produção (de uma complexidade que expressa as relações sociais postas em ação), ela não é menos complexa na reprodução, em geral, e na família, em particular.

Nesse campo, igualmente, homens e mulheres estão, simultaneamente, em relações de oposição e de aliança.

No mundo operário, em sentido amplo,¹¹ a família é o lugar onde um trabalhador (explorado) e uma trabalhadora (explorada), empregados, de maneira contínua ou intermitente,¹² nas relações capitalistas de produção, tentam reapoderar-se de suas vidas e adentram juntos o mundo da produção antropológica: *juntos mas sempre sobre a base desigual do sistema patriarcal*.

Ora, é particularmente difícil analisar as práticas familiares e, principalmente, as práticas de casal, sem adotar, alternadamente, o ponto de vista da aliança ou o da contradição, e sem abolir o jogo complexo das relações de classes e entre os sexos co-presentes e co-atuando na produção-reprodução familiar.

3. A guisa de conclusão

Tudo isso exige discussão, mas também retorno à pesquisa. As questões aqui examinadas se inserem, como se sabe, numa corrente mais geral, que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, práticas e modos de vida, evitando os dogmatismos

10. A. Cottereau. "Étude préalable: vie quotidienne et résistance ouvrière à Paris en 1870". Introduction à Denis Poulot: *Le sublime*. Paris, Maspero, 1980, 413 p.

11. Trata-se somente de distinguir, grosso modo, entre famílias de trabalhadores e famílias de capitalistas, sem esquecer que a dominação masculina não poupa este segundo tipo (igualmente multiforme) de família.

12. Consideramos aqui que a mulher que não está, em nenhum momento de sua vida, inserida nas relações de produção (capitalistas ou outras) constitui atualmente a exceção e, neste artigo, não nos interessamos senão pelo assalariamento.

e os determinismos. Mas, para isso, é preciso que se queira (e que se seja capaz) lançar, de fato, no concreto da pesquisa o jogo complexo das relações sociais de classe e entre sexos, como uma realidade viva e indissolúvel, com todas as consequências que isso implica e as dificuldades que daí decorrem.

Então, é necessário voltar à atividade de pesquisa. Atualmente, a nossa é sobre os ciclos de vida de um pequeno número de famílias operárias, onde se procura apreender a história antropológica em cada um dos casos, através da reconstituição e da superposição de dois itinerários profissionais (experiências adquiridas-manutenção de *savoir-faire* e, inseparavelmente, experiência de lutas de classes e de sexos). Esforçar-nos-emos para destacar o impacto sobre a história familiar onde, nas mesmas relações sociais, se organizam a autoprodução-automanutenção dos dois membros de um casal, bem como o processo de produção-educação das crianças.

Todas as questões teóricas anteriormente abordadas, e algumas outras, acham-se colocadas aqui concretamente. O tratamento dessas questões pode ser facilitado ou dificultado pelo tratamento metodológico — por menos relevante que seja — ameaçado pela inadequação dos dados ou por nossa própria dificuldade em manter, em sua pluralidade e unidade, os diversos componentes do questionamento. Gostaríamos, à guisa de conclusão, de chamar a atenção para duas questões que se relacionam à maneira como são consideradas as relações de sexos e de classes. A primeira diz respeito à vinculação de classe das mulheres, e, em último caso, a consideração do pluriclassismo das famílias. A segunda diz respeito ao próprio casal.

No que concerne à vinculação de classe das mulheres, lembremos, inicialmente, que a incoerência dos métodos utilizados, tanto pelos organismos produtores de dados, quanto por nós — pesquisadores de boa-fé — há muito tempo vem sendo denunciada.¹³

Quando uma mulher é assalariada, no momento preciso em que se questiona sobre sua vinculação de classe e quando aparece

13. C. Delphy. "L'ennemi principal", in *Partisans, libération des femmes* année zéro. Maspero, julho-outubro 1970, n.ºs 54-55.

— "Les femmes dans les études de stratification". *Femmes, sexisme et société*, 1977, PUF.

— "Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles". *Nouvelles questions féministes*, n.º 2, outubro, 1981.

claramente que ela exerceu, exerce e provavelmente exercerá uma atividade profissional assalariada (com ou sem períodos de desemprego), a determinação da vinculação de classe não coloca um problema específico.

As dificuldades específicas começam com o caráter parcial, episódico, até mesmo virtual, do trabalho assalariado feminino. Uma das características importantes da expansão do assalariamento feminino é que as mulheres totalmente *inativas*, em qualquer momento da vida ativa, constituem uma espécie em vias de extinção. Todavia, quando tal caso subsistir, consideramos que, por exemplo, uma filha e/ou mulher de operário que não exerceu durante sua vida nenhuma atividade profissional é, certamente, de origem e cultura operárias, mas não tem, propriamente falando, nenhuma vinculação de classe.¹⁴

No caso de interrupção voluntária e duradoura da atividade profissional, deve-se considerar que a posição ocupada nas relações de produção define, de uma vez por todas, a vinculação de classe? Deve-se ou não levar em conta a formação profissional que não se acompanha de inserção no mercado de trabalho? Deve-se, então, falar de vinculação social virtual? Deve-se ir mais longe porque os *savoir-faire* adquiridos pelas mulheres na produção doméstica têm sempre, virtualmente, um valor de troca?

Todas estas são questões cujo tratamento concreto é problemático. São questões onde está em causa — entre outros — a análise das relações de classes atuando na família. São questões que condicionam a consideração dessas relações e a superação de critérios, no mínimo grosseiros, a partir dos quais se fala atualmente, de forma demasiadamente tímida e muito pouco eficaz, do monoclasse e do pluriclasse das famílias.

Essa defasagem da análise não pode ser desvinculada do intento de homogeneizar *a priori* as práticas de casal e de apreender o terceiro sujeito, que é o casal amputando um pouco os dois outros, quando muito não fosse esquecendo que eles têm não somente um passado e, eventualmente, um futuro distintos, bem como um presente que jamais se esgota ou desvanece no casal.

14. Em todo o caso, não a de seu marido nem a de seu pai: a classificação das mulheres na categoria sócio-profissional do pai ou do marido é um puro produto do sistema patriarcal. Ninguém teria a idéia de classificar um homem inativo na categoria sócio-profissional de seu pai, menos ainda na de sua esposa!

O que aqui se torna problemático são menos as opções de pesquisa (entrevistas em conjunto ou separadamente do homem e da mulher, por exemplo) do que, mais uma vez, a concepção das relações sociais aplicada.

O casal, no nosso entendimento, é uma das esferas múltiplas onde se inscrevem as relações de classes e entre os sexos. Não se pode então, em momento algum, supor que elas são abolidas ou fazer de conta que são abolidas. Em particular, não se pode agir como se a relação entre esse homem e essa mulher escapasse à relação social geral entre os sexos, enquanto grupos sociais.

Ao contrário, insistimos a esse propósito, uma última vez, que se deve levar em conta, por mais difícil que seja, as relações sociais de sexos e de classes, o que é — a nosso juízo — uma condição da reconstituição-análise de uma história familiar onde tais relações coexistem simultaneamente.

suporte da atividade assalariada do homem, e o papel das mulheres no trabalho assalariado, regido pela reprodução e modificado incessantemente pelas vicissitudes do casamento, da maternidade, da criação dos filhos, ao contrário da atividade assalariada masculina que elimina inteiramente essas variáveis *extra-trabalho*.

Quisemos indicar, através dos meandros desse percurso, a imbricação, na organização industrial japonesa, da vida reprodutiva e produtiva e nos referir aos níveis de produtividade do trabalho da empresa japonesa que o recurso a essa articulação permite alcançar.

A originalidade desse modelo, onde não há descontinuidade porém continuidade e supressão das linhas de demarcação entre esfera produtiva e esfera reprodutiva, é o fato de engendrar mecanismos de conservação das normas e costumes tradicionais, no interior de uma sociedade capitalista desenvolvida: as mudanças nas estruturas produtivas (evolução técnica e tecnológica, evolução dos setores industriais) são, dessa forma, compatíveis e conjugadas com a conservação de sistemas antigos de gestão da mão-de-obra (por exemplo, os *dormitórios de empresa*) que têm no substrato ideológico e nas práticas do patriarcado um elemento essencial do êxito e da reprodução do modelo.

EM DEFESA DE UMA SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração
de uma nova conceituação

Danièle Kergoat

I. ARTICULAR PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO

1. Articular, no seio de uma problemática coerente, produção e reprodução é para mim da ordem da necessidade. Necessidade que se impôs à medida que avançava em meu primeiro campo de pesquisa: a gênese da reivindicação operária.

Deve-se observar, aliás, que esse esforço de articulação é necessário, quer se estudem os homens ou as mulheres. Foi assim que se evidenciou que em posições semelhantes na estrutura produtiva (operários imigrantes, sem qualificação, de mesma nacionalidade, mesma faixa etária, ocupando os mesmos postos de trabalho), a diferença nos patamares de combatividade — modalidade e intensidade — era enorme. Essas diferenças só adquiriam sentido quando se abandonava o esquema pavloviano segundo o qual a combatividade seria uma *resposta* (mediada não pelo grau de consciência) às condições de exploração para lhe substituir um raciocínio em termos de *práticas sociais*, isto é, de um conjunto coerente (mas não necessariamente consciente) de comportamentos e atitudes observáveis no conjunto da vida quotidiana (conjunto que as relações sociais tornaram coerente. Examinarei essa questão mais adiante). No caso a que aludimos anteriormente, a diferença entre trabalhadores imigrantes devia, realmente, ser buscada na direção dos projetos futuros e dos laços com o país de origem,¹ isto é, com a esfera reprodutiva. Na mesma seqüência de idéias, o universo produtivo

1. Para uma análise exaustiva desse caso, cf. D. Kergoat: *Bulldozers ou l'histoire d'une mobilisation ouvrière*, Seuil, Paris, 1973.

stricto sensu nos pareceu rapidamente incapaz de explicar as diferenças de combatividade que se podiam observar entre a população operária das fábricas de um mesmo grupo industrial, muito próximas, geograficamente, uma das outras: para compreender essas diferenças, era preciso passar pela análise da comunidade operária, entidade bem viva na região, e pela análise da família, que era simultaneamente a unidade de exploração da força de trabalho² e um lugar de aprendizagem e de exercício da resistência contra a dominação patronal: tudo se passava, na verdade, como se a combatividade existisse globalmente ao nível de cada família e se incorporasse quase indiferentemente a um ou outro membro do grupo familiar, segundo o lugar de trabalho assalariado desse grupo.

2. No que concerne às operárias, a necessidade de se considerar simultaneamente a produção e a reprodução, se ela é da mesma natureza, impõe-se ainda mais já que ela é uma dupla condição prévia: inicialmente, para que seu grupo torne-se *visível*, para que ele se transforme em objeto sociológico, em seguida, para que se possa examiná-lo. Vou-me explicar.

Não é por acaso que a literatura, pródiga a propósito dos operários ou da classe operária (assexuada como se sabe...), é um fato estranhamente raro quando se trata das operárias. Há dez anos, sobretudo desde o início da crise, multiplicaram-se as análises que mostram a diversidade senão os interesses conflitantes dos grupos que constituem a classe operária: jovens/velhos, trabalhadores estáveis/precários, operários qualificados/não-qualificados, etc... Mas é um fato marcante que essas análises referem-se a uma classe de sexo unívoca: a dos homens. As mulheres aparecem apenas como categoria de mão-de-obra ou de força de trabalho; muito raramente como ator social. Se me permitem uma imagem, diria que os conceitos masculinos tiveram o papel de um retrovisor: o cenário sendo apreendido apenas por intermédio desse retrovisor, as mulheres

2. Trata-se aqui de uma indústria (têxtil) implantada há mais de um século na região e fortemente marcada pelo paternalismo. Durante muito tempo, exigia-se que quando um operário trabalhasse na empresa, seus filhos deviam igualmente trabalhar nela, sob pena de demissão. *A política patronal é agrupar vários salários numa mesma família; dessa forma, sente-se menos o peso da miséria (um operário tecelão)*. Esse caso foi analisado em *Les pratiques revendicatives ouvrières; processus revendicatifs et dynamiques collectives*, D. Kergoat, C. S. O., Paris, relatório mimeografado, 1978.

operárias permaneceram, de algum modo, no *ponto morto* do carro sociológico; elas não são visíveis.³ Tudo se passa, pois, como se, ao nível dos discursos sociológico e político, a relação capital/trabalho criasse apenas classes masculinas — ou mais exatamente como se a passagem do estudo de uma relação social ao estudo de um grupo social necessitasse, para ser realizável, da escamoteação de toda dimensão sexual.

É certo que esse silêncio é a emanção da ideologia dominante. Mas não apenas isso. Pois se refletirmos bem, mesmo que as mulheres operárias tivessem se tornado *visíveis* a seus olhos, não obstante esse fato, elas continuariam sendo totalmente inassimiláveis pela conceitualização clássica da sociologia do trabalho. Mais precisamente, essa conceitualização faz com que efetivamente seja impossível falar das operárias, salvo dissociando seu estatuto de reproduzidoras de seu estatuto de produtoras. O estudo do grupo operário feminino não pode, então, ser autonomizado, já que os instrumentos de análise, totalmente dicotômicos, não podem em nenhum caso dar conta da coerência (vívida concretamente) das práticas sociais.

Para isso, foi preciso que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens produtiva e reprodutiva e interpela a aceção tradicional do conceito *trabalho*: é somente nas pegadas do feminismo, graças ao questionamento epistemológico que ele impôs,⁴ que a reflexão sobre as práticas sociais das operárias tornava-se possível.

II. DA ARTICULAÇÃO PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO AO QUESTIONAMENTO EM TERMOS DE RELAÇÃO SOCIAL

Mas se uma tal articulação produção/reprodução é necessária, ela está longe de ser suficiente: ainda resta raciocinar em termos de *relações sociais*. Isso é óbvio, dirão alguns. Mas se insisto a esse

3. Para ilustrar essa afirmação, basta consultar o livro de Georges Friedmann, *Le travail en miettes*, Paris, Gallimard, 1956. O estudo de fábricasaylorizadas não leva em conta, em nenhum momento, o fato de que os trabalhadores implicados sejam... trabalhadores.

4. O balanço desse questionamento epistemológico foi tentado num número especial de *Sociologie et Sociétés*, vol. 13, n.º 2, outubro de 1981.

respeito, é porque as palavras não são neutras, as velhas idéias são resistentes, e é fácil resvalar entre os campos teóricos (*produção, reprodução*) e os lugares concretos onde a divisão social do trabalho (entre classes, entre sexos) se opera (a fábrica, a família).

Ora, não é suficiente para compreender as práticas sociais desta ou daquela categoria de mulheres — no caso presente, das operárias — estudar simultaneamente família e fábrica. Se se proceder assim, corrigem-se os *erros metodológicos*; não se rompe a canga das ideologias dominantes. É suficiente, para que se convença a esse respeito, ver como, nestes últimos anos, a sociologia do trabalho saiu da fábrica, para olhar em direção ao urbano, ao consumo, às políticas industriais... sem por isso, aparentemente, encontrar mais mulheres.

Além disso, resvalar-se em termos de campos de pesquisa tem um outro perigo: o de cristalizar as relações sociais em um dado momento e, logo, de privilegiar uma análise em termos de determinismo: o sistema reproduzir-se-ia por si mesmo até o infinito, tendo-se em conta seus únicos imperativos de valorização (e as operárias são, sob esse aspecto, um campo privilegiado porquanto inseridas nas relações de produção e nas relações de reprodução...).

É precisamente contra essa concepção cristalizada da estrutura social⁵ que se insurge o raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações. Em resumo, o que é importante na noção de relação social — definida pelo antagonismo entre grupos sociais — é a *dinâmica* que ela reintroduz, visto que isso implica introduzir a contradição, o antagonismo entre grupos sociais no centro da análise. Trata-se, efetivamente, de uma contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação.

5. Segundo a expressão de Christine Delphy em "Les femmes dans les études de stratification" in obra coletiva *Femmes, sexisme et sociétés*, P.U.F., Paris, 1977.

6. Concepção perfeitamente ilustrada pelas Categorias Sócio-Profissionais, representação cristalizada e ideológica da estrutura social, que não pode, em nenhum caso, ser considerada como sendo a representação concreta⁶ das classes sociais.

Mas vamos até o fim do raciocínio: querer articular produção/reprodução significa, para mim, trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, relações que chamaremos respectivamente *opressão* e *exploração*.

Essa formulação não é anódina: ela implica, entre outras coisas, a recusa a hierarquizar essas relações sociais. Para mim, não há nem *front principal*, nem *inimigo principal*. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que uma outra: ela é ou não é.

Uma tal problemática não deixa de ter consequências sobre as teorizações correntemente admitidas, no que concerne o campo do trabalho. Voltarei a esse ponto mais adiante, mas gostaria agora de ilustrar esse procedimento através de duas séries de resultados, uma tendo por objeto as operárias; a outra, os operários.

III. A VERIFICAÇÃO DESSA PROBLEMÁTICA, DOIS EXEMPLOS

1. O exemplo da *qualificação/formação das operárias* ilustra bem o esforço de desconstrução/reconstrução ao qual essa problemática obriga: se as operárias ocupam a parte inferior da escala das classificações profissionais, seria, inicialmente, porque elas são malformadas pelas instituições escolares e, em seguida, porque elas lutam pouco pelos problemas de qualificação. Esse é o discurso desenvolvido pelos economistas e pelos sociólogos e sobre o qual a esquerda e a direita estão, *grosso modo*, de acordo.

Insurgimo-nos contra essas afirmações e suas consequências segundo as quais:

— seria suficiente reformar as instituições de treinamento profissional, abrir as fileiras das categorias profissionais masculinas, por exemplo, para que as mulheres tenham os meios de adquirir uma formação superior, bastante negociável no mercado de trabalho;

— bastaria que as mulheres fossem mais *conscientes* do que implica a qualificação na relação capital/trabalho, para que elas lutassem e vencessem nesse campo.

«A esse raciocínio, em termos de desigualdade e de voluntarismo (ou de conscientização, o que significa a mesma coisa), opomos

a seguinte argumentação:⁷ ao invés de dizer que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada, dizemos o contrário, que elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais, que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não-qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são malformadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo.

Isso tem duas consequências:

— essa qualificação das mulheres, não sendo adquirida por canais institucionais reconhecidos, pode ser negada pelos empregadores; observemos, de passagem, que a qualificação masculina é também o que está em jogo nas relações capital/trabalho, e que o patronato procura sempre negá-la; mas o que é específico, no caso das mulheres, é que o não reconhecimento das qualidades que se lhes demandam (destreza, minúcia, rapidez, etc.) aparece como socialmente legítimo, visto que essas qualidades são julgadas como devendo ser inatas, e não adquiridas; serem fatos de natureza e não de cultura;

— e as próprias operárias interiorizam essa banalização de sua própria qualificação e, algumas vezes mesmo, a desvalorização de seu trabalho; é que a aquisição de seu *savoir-faire*, pelo fato de se realizar fora dos canais institucionais de qualificação, sempre em referência à esfera privada, lhes aparece como uma aquisição individual e não coletiva.

Um tal raciocínio se reduz, pois, a inverter a problemática tradicional da qualificação/formação e a contestar a eficácia das soluções políticas propostas:

— fazendo aparecer a totalidade do sistema no qual estão inseridas as operárias, a inseparabilidade dos elementos produção e reprodução, bem como a espiral de seu reforço mútuo; esse raciocínio demonstra que a questão não se resolve nem no problema de desigualdade nem no de intensidade da exploração (a superexploração);

7. Essa argumentação foi desenvolvida em *Les Ouvrières*, D. Kergoat, Sylcomore, Paris, 1982.

— disso decorre que se lançar apenas contra uma das duas frentes não faz senão deslocar os problemas, e de modo algum contribui para resolvê-los: fala-se muito atualmente da abertura das categorias profissionais masculinas às mulheres; mas para que essa abertura não se reduza às únicas categorias desvalorizadas ou, em vias de se tornarem rapidamente obsoletas, o esforço legislativo não basta; ainda seria necessário desenvolver, em relação a esses problemas, uma dupla luta, de classe e de sexo; luta na qual as operárias seriam, ao mesmo tempo, aliadas e antagônicas em relação aos operários;

— ele permite, enfim, compreender melhor as práticas existentes, bem como o campo de forças no qual elas se desenvolvem e, por conseguinte, as condições teóricas nas quais elas podem evoluir. Em outros termos, essa problemática permite controlar as duas faces do problema: como o sistema social e sua evolução determinam o lugar das operárias na escala das qualificações, e como/por que as operárias interiorizam esse lugar; mas, também, como as operárias podem transformar esse sistema e em que pontos precisos elas começaram a fazê-lo.

Observemos, para concluir, que uma tal problemática não diz respeito, unicamente, ao campo da teoria sociológica. Ela é, aliás, diretamente secante a certas opções estratégicas às quais são confrontados os movimentos das mulheres e operário, visto que ela conduz ao questionamento da eficácia de soluções políticas, que são comumente propostas, enquanto que ela permite fundamentar a recusa de se aprisionar na alternativa reivindicações gerais/reivindicações específicas, mostrando que estas últimas referem-se, de fato, não a um grupo social particular, mas à relação social homens/mulheres e, por conseguinte, ao corpo social em sua totalidade.

2. A relação ao aspecto reprodutivo como critério de classificação possível para os homens: o caso de jovens operários.

Relatamos em um outro trabalho as conclusões de uma pesquisa feita sobre jovens trabalhadoras, no que se referia às modalidades diferenciais da articulação produção/reprodução, segundo seu lugar na estrutura de classes.⁸ Gostaríamos aqui de apresentar

8. O. Chenal e D. Kergoat: "Production et reproduction: les jeunes travailleuses, le salariat et la famille", *Critiques de l'Economie Politique*, n.º 17, novembro 1981.

os resultados obtidos a partir do mesmo *Foyer de Jeunes Travailleurs*,* mas, desta vez, no que se refere aos operários.

Trabalhamos a partir do seguinte questionamento: é produtivo para compreender a relação das mulheres com o trabalho assalariado, e com o emprego, partir, *a priori* e simultaneamente, do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo? O que se passa, então, quando se deixa de considerar o universo da produção como o único universo referencial possível para os homens? O que se encontra quando eles são confrontados com uma definição do trabalho que abrange trabalho produtivo e trabalho reprodutivo?

Se todos são críticos em relação às formas que assume, para as mulheres, a divisão sexual no trabalho assalariado (todos insistem sobre a *debilidade* dos trabalhos que se lhes propõem e sobre sua dureza extrema), o grupo divide-se claramente, ao contrário, a respeito da designação unicamente das mulheres para o trabalho reprodutivo. Se todos estão conscientes do papel fundamental da família operária, quanto à função de reprodução da força de trabalho, a maioria deles não pode conceber outro modelo de mulher senão o da mulher parando de trabalhar a partir do momento em que tem filhos, enquanto que uma minoria afirma que, apesar das dificuldades, não é menos verdade que trabalhar é tão indispensável para uma mulher quanto para um homem.⁹ No primeiro caso, a relação ao trabalho doméstico é totalmente *mediada pela mulher*; no segundo, os jovens operários abordam, espontânea e longamente, esses problemas e têm uma *relação direta*, pessoal, com a esfera reprodutiva.

Ora, o que a análise qualitativa evidenciou é que essa *clivagem, estabelecida a partir da relação ao aspecto reprodutivo, se encontrava, pontualmente, em cada etapa da análise* em relação ao trabalho, ao emprego, à solidariedade operária, etc. Não é eviden-

* Nota — Trata-se de uma espécie de pensão-internato para trabalhadores e trabalhadoras, instituição francesa administrada pelo Estado.

9. Essa clivagem cristaliza-se em torno do trabalho assalariado das mulheres casadas, mais exatamente de *suas* futuras mulheres pois, é bem verdade que, enquanto se permanece em nível de generalidades, todos são pelo trabalho assalariado das mulheres; essa atitude, em compensação, torna-se consideravelmente matizada, desde que se trate de *suas* mulheres.

temente possível retomar aqui a totalidade das correlações estabelecidas: tentaremos, pois, resumí-las do seguinte modo:¹⁰

— o primeiro grupo caracteriza-se por um sistema de valores binário e maniqueísta (bem/mal, homem/mulher, trabalho/vício, celibato/casamento), sistema de rótulos que permite designar as coisas muito mais do que compreendê-las. Eles acreditam em uma qualificação *natural* das mulheres para os trabalhos domésticos e a criação dos filhos. Isso acarreta, conseqüentemente, uma aceitação mínima da divisão sexual no trabalho assalariado: simetricamente, a relação dos homens com a qualificação aparece sob um novo ângulo — querer ser qualificado, para um homem, não seria apenas querer um trabalho mais interessante, melhor remunerado... mas seria, de alguma maneira, a realização genética do sexo masculino... É exatamente o mesmo sistema de referências que se vê atuando quando eles evocam as divisões entre operários: elas seriam intrinsecamente intransponíveis enquanto expressão de características *naturais* dos grupos analisados.¹¹

— O sistema de valores do segundo grupo se caracteriza, ao contrário, pela recusa a acreditar em uma ordem de coisas natural e inelutável, quer se trate do trabalho, da qualificação, da relação capital/trabalho, quer das relações homens/mulheres; assim, para eles, igualmente, o trabalho assalariado das mulheres casadas não é algo simples; mas enquanto o primeiro grupo resolve as contradições suprimindo um dos termos da alternativa (*minha* mulher não trabalhará) em nome do determinismo biológico, o segundo coloca essas contradições como *sociais* e, logo, como objetos de debate, sobre os quais podemos atuar. Eles são, aliás, os únicos

10. Todo resumo é redutor, mas particularmente nesse caso, já que era preciso apresentar, em algumas linhas, configurações extremamente complexas de ideologias e de práticas sociais. É preciso, pois, sublinhar que a insistência sobre as regularidades e as coerências internas dos dois modelos não conduz, evidentemente, a que classifiquemos os operários em *bons* e em *maus*, nem que suas atitudes em relação às tarefas reprodutivas permitam predizer automaticamente a totalidade de outras atitudes. Peço, pois, ao leitor para reter somente o aspecto heurístico de uma tal incursão nas práticas masculinas.

11. Tivhamos tentado uma primeira abordagem desse problema em "La combativité ouvrière dans une usine de construction de camions" — *L'entrée en lutte des ouvriers spécialisés*, D. Kergoat, relatório de pesquisa, C.S.O. Paris, 1977.

a falar de opressão (e, conseqüentemente, de relações sociais): e se não são partidários da mulher no lar, é precisamente porque recusam a relação homem/mulher a que induz esse estatuto.

No caso do primeiro grupo, o sistema de valores remete, pois, a um universo sequencial, binário, profundamente marcado por uma ideologia naturalista (ideologia do dom, crença em uma ordem *natural* das coisas) que abre perspectiva a todas as resignações sociais (fatalismo operário) e à reprodução de todas as opressões (sexismo, racismo, adesão à pena de morte, etc...).¹² Inversamente, os operários do segundo grupo têm uma visão do mundo muito mais socializada onde as relações entre os sexos, o trabalho, a solidariedade... podem tornar-se o objeto de possíveis ações individuais e/ou coletivas.

Que a relação ao trabalho reprodutivo seja um critério de classificação dos homens, eis já o que prova que isolar a relação ao trabalho da totalidade das representações ideológicas (e, em particular, das referentes à vida privada) é uma postura arbitrária que apenas reproduz as separações induzidas pelo capitalismo entre produção e reprodução. O fato de se levar em conta a totalidade do trabalho é necessário tanto para os homens quanto para as mulheres; e essa inserção nas práticas sociais através do trabalho produtivo + trabalho reprodutivo parece realmente abrir o caminho, tanto para os homens quanto para as mulheres, para uma análise sexuada das práticas sociais.

Tínhamos evidenciado, a propósito das jovens mulheres desse mesmo *Foyer de Jeunes Travailleurs*, o efeito mutuamente reforçador da opressão e da exploração: mais precisamente, tentamos mostrar como o não-questionamento da relação de serviço conduzia à aceitação das modalidades capitalistas do trabalho; e como, simetricamente, a superexploração extrema levava as mulheres a aceitarem as formas da dominação patriarcal. É, então, a uma demonstração simétrica que tenderia essa análise sobre os operários: entre os jovens operários, os que não questionam a divisão de

12. Deixemos claro aqui que nossa amostra não tem nenhuma pretensão de representatividade do conjunto da classe operária. Trata-se aqui de jovens operários, desestabilizados, na sua grande maioria, em três níveis: geográfico, do emprego e da qualificação. É essa situação que pode explicar que o sistema de valores seja a caricatura das atitudes mais reacionárias que se podem observar na classe operária.

trabalho entre os sexos são precisamente os mesmos que são os mais vulneráveis à concorrência induzida pelo capital entre os trabalhadores já que, como dissemos anteriormente, eles *explicitam* essa concorrência pelas diferenças *naturais*, por conseguinte, intransponíveis entre os grupos operários (jovens/velhos, franceses/imigrantes, origem operária/camponesa...).

Por enquanto, limitamo-nos à demonstração parcial da coerência entre os fenômenos; a mesma demonstração deveria ser feita sobre grupos mais amplos. Mas desde já, parece ser possível avançar a hipótese de que, no que se refere aos operários, a aceitação da divisão sexual do trabalho, legitimada por uma visão naturalista da sociedade, é uma enorme trava que se opõe à superação das divisões no grupo operário e à construção da solidariedade. Ademais, uma tal hipótese permitiria avançar a compreensão de como o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexos que lhe preexistiam.

IV. PROBLEMAS DE MÉTODO, PROBLEMAS TEÓRICOS

Certamente, essa consideração simultânea de duas relações sociais é mais fácil de se recomendar do que de efetuar concretamente. A literatura consagrada às práticas operárias femininas dá o testemunho dessas dificuldades, na dicotomia que ela opera de fato. Os trabalhos que descrevem *lutas exemplares*, deixando vestígios na vida cotidiana, se opõem objetivamente àqueles segundo os quais as operárias se definem prioritariamente como mães-esposas, e não se engajam, pois, no universo industrial.

Essa visão contraditória da classe operária feminina (mulheres combativas/mulheres submissas) merece que nos detenhamos um pouco nela. Pois a explicação dessas divergências não se pode esgotar nem na definição dessas mulheres, nem na busca de características que explicariam, mecanicamente, por que umas são combativas e outras não; nem na orientação ideológica de quem observa essas mulheres. Isso me parece infinitamente mais complexo, pois essas descrições opostas poderiam, em muitos casos, se aplicar às *mesmas operárias*. Mas, por não se considerar o conjunto produção/reprodução como um todo indissociável, tudo se passa como se devêssemos encontrar um princípio de coerência *único*, e que essa coerência devesse ser relacionada a *um* lugar institucional: a famí-

na ou a fábrica. O que é apenas, no fim das contas, uma das maneiras de pôr em funcionamento a dicotomia clássica: aos homens, o trabalho assalariado — e quando as mulheres inserem-se positivamente nesse espaço, isto continua a ser considerado como excepcional — às mulheres, a família; lugar de enclausuramento e de opressão; lugar fechado.

Essas oposições parecem-nos ser a ilustração concreta de nossa própria dificuldade coletiva para pensar a realidade fora das categorias dominantes. Se quisermos ir além delas, precisamos, com urgência, instaurar um quadro teórico e uma metodologia multidimensionais que reflitam esse esforço de desconstrução/reconstrução das categorias de pensamento. Uma tal elaboração só pode, evidentemente, ser coletiva e estamos ainda apenas no início dessa elaboração. Mas já parece ser possível destacar alguns elementos fortes em torno dos quais ela se organiza ou poder-se-ia organizar:

1. Não se trataria de procurar, para as práticas sociais, um princípio de coerência único que aplaine as contradições observadas; tratar-se-ia, ao contrário, de situar a diversidade e a contradição no centro da definição das práticas sociais: combatividade e submissão não se oporiam nem se influenciariam reciprocamente, segundo o princípio dos vasos comunicantes, mas seriam as duas faces de uma mesma prática social: cada uma das maneiras de afrontar um destino de trabalhador comporta sempre uma parte de resignação, de deriva, e uma de recusa da condição de operária ou de operário.¹³

2. Tratar-se-ia de romper com o postulado implícito, segundo o qual tal relação social se exerce em uma esfera determinada, reafirmando e explorando o fato de que as relações de classes e entre sexos organizam a *totalidade* das práticas sociais, qualquer que seja a esfera onde elas se exerçam; em outras palavras: não é apenas em casa/na fábrica que se exerce ou que se sofre, que se combate ou que se aceita a opressão e a exploração.

A construção de nossos objetos de pesquisa deveria levar em consideração o que precede. Resta, contudo, que se trate aqui do princípio teórico de organização da análise. Como, praticamente, a

13. Cf. Alain Cottereau, "Introduction" au texte de Denis Poulot, *Le sublimine*. Paris, Maspéro, 1980, p. 40.

vontade de levar em conta, simultaneamente, relações entre sexos e de classes passa contudo, necessariamente, por idas e vindas entre esferas,¹⁴ é indispensável que criemos os meios de não confundir — e nem sempre é fácil — a modalidade específica assumida por tal relação social em determinado lugar ou instituição com a totalidade dessa relação social: assim, a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal,¹⁵ como a relação de classes não se esgota na relação de produção *stricto sensu*, ou na relação salarial.

3. Em vez de procurar raciocinar a partir do corte analítico do espaço dos grupos e das práticas sociais, seria conveniente, pois, atribuir outra vez ao tempo o estatuto de categoria epistemológica fundamental. Diferentes estudos já começaram, e de forma muito profícua, esse trabalho de reconstrução,¹⁶ que remete simultaneamente a um esforço metodológico, bem como inextricavelmente a um questionamento dos quadros teóricos comumente admitidos. É assim que se torna possível abordar o problema das modalidades das práticas sociais referentes às categorias de sexo e de classes (assim como, correlativamente, o problema da consciência) sem ser em termos lineares e normativos, mas em termos de *variações no modo de viver das conjunções*. Em se cruzando o lugar na produção (lugar atual ou passado) e a reprodução com os momentos de vida (definidos pela intersecção da história pessoal e social), uma tal abordagem permite desde já avançar hipóteses explicativas sobre

14. "Outros fatores, que vão da natureza dos dados estatísticos às ideologias (do consumo, do lazer ou da comunidade residencial), passando pela setorização da ação estatal, impedem a apreensão da produção e da reprodução em sua unidade. É uma dificuldade concreta, que conhecem muito bem os analistas do trabalho das mulheres, os quais se recusam a estudar, alternadamente, o emprego feminino e o trabalho doméstico", D. Combes, *Représentations des rapports de production et approches des modes de vie*, C.S.U., Paris, 1981, p. 59.

15. É o que demonstra o relatório de D. Chabaud, D. Fougeyrollas, F. Sonthonax, *Le travail domestique et les pratiques de déplacement des femmes et des hommes*, C.A.E.S.A.R., Universidade de Paris X — Nanterre, 1981.

16. A título de exemplo, podemos citar no nível do emprego, as categorias propostas por A. Labourie-Racapé, M.T. Letablier, A. M. Vasseur: *ativas totais/ativas descontinuas*; *inativas atuais/inativas totais*, in "L'activité féminine", *Cahier n.º 11 du Centre d'Etudes de l'Emploi*, P.U.F., 1977; podemos citar igualmente, numa outra direção, os trabalhos de A. Langevin sobre a devolução social do tempo da maternidade.

as modalidades de formas de luta (individuais e/ou coletivas, contra a exploração e/ou opressão) das mulheres e dos homens da classe operária.¹⁷

4. Tratar-se-ia, enfim, de forjar novos instrumentos ou conceitos — ou de se reapropriar, de maneira original, dos antigos — para dar conta do que constitui a essência mesma das relações sociais: seu dinamismo, mas também, para tentar vencer o *mal-estar semântico*¹⁸ ressentido, por tantos dentre nós, forjando instrumentos teóricos aplicáveis tanto aos homens quanto às mulheres.

Não podemos senão evocar aqui as pistas possíveis e, precisamente, neste caso, no que concerne a meu próprio campo de pesquisa. É o que se passa, por exemplo, com a noção de *aprendizagem coletiva* que desenvolvemos num outro trabalho,¹⁹ o qual tentava unificar comportamentos e representações ideológicas, e isso, em dois níveis, o coletivo e o individual, situando, no centro da análise, as contradições, as defasagens observadas (no tempo e no espaço) no discurso, entre os discursos, e entre os comportamentos e os discursos.

Última pista enfim: a retomada possível de conceitos marxistas. Não se trataria, de modo algum, de retomar resultados de análises feitas por/sobre os homens e de aplicá-los às mulheres, muito menos postular a analogia classe/sexo. Mas trata-se de recuperar

17. Uma tal abordagem foi elaborada por A. Cottereau in *Le Sublime*, op. cit. Cf. sua tipologia das famílias operárias; cf. igualmente, para ilustrar seu procedimento, a seguinte citação: *As numerosas jovens operárias, remuneradas com salário de complementação (a metade dos salários dos homens), não podem ficar solteiras independentes. Mas, com ou sem filhos, a maioria delas não tem a oportunidade de constituir uma família estável, antes que os homens, no início do declínio, não sintam, eles próprios, necessidade disso. As uniões se fixam quando os operários não podem mais se oferecer um serviço doméstico com seu dinheiro ou com sua sedução; quando eles devem prever recursos suplementares de mulheres e de crianças; quando seu desgaste aumenta os riscos de doença e de desemprego* (p. 37).

18. A expressão *mal-estar semântico* designa o seguinte problema: como utilizar a conceitualização habitual (utilização indispensável, se quisermos comunicar e acumular resultados) sem nos deixar aprisionar, ao mesmo tempo, em categorizações da realidade que ela supõe e que não nos satisfazem? É exatamente esse problema que esteve na origem da constituição do grupo de estudos sobre a *Divisão Social e Sexual do Trabalho* (GEDISST) e, em seguida, dos seminários organizados por tal grupo.

19. Cf. *Bulleador*, op. cit.

conceitos, e conceitos que foram forjados para explicar a luta de dominados contra dominadores... Penso, por exemplo, na noção de *trabalhador coletivo*, que quer exprimir simultaneamente a individualização imposta pelas relações de produção e seu inverso, a socialização nessa mesma produção.

É a esse esforço de construção que desejo consagrar meus trabalhos futuros.

dedores de sua força de trabalho — a definição dessas condições para as mulheres deve ainda ser realizada, em ligação com o fato de que o assalariamento vai significar, para elas, antes mesmo de se tornarem assalariadas, sua alocação ao processo de trabalho doméstico.

SOBRE A AUTONOMIA RELATIVA DA PRODUÇÃO E DA REPRODUÇÃO

Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas-Schwebel

Levar em consideração a dimensão econômica do trabalho das mulheres no seio da família, revelando um dos fundamentos da opressão das mulheres, suscitou um amplo debate teórico e político no interior dos movimentos feministas quanto à natureza e à importância dessa exploração econômica. Ao mesmo tempo, foram reatadas questões gerais da análise econômica sobre a definição das produções familiares. É a oportunidade para cada um dos diferentes discursos econômicos se interrogarem sobre os fundamentos de sua própria disciplina: questões sobre a fronteira entre os domínios mercantil e não-mercantil, sobre os limites das relações sociais do capitalismo. Procurando igualmente caracterizar o trabalho doméstico, pareceu-nos indispensável para a análise de nossas sociedades distinguir a produção das mercadorias, baseada nas relações sociais antagonistas entre o capital e o trabalho, e as relações sociais da reprodução. Com efeito, a reprodução dos indivíduos, reprodução dos trabalhadores e dos não-trabalhadores, não está inteiramente incluída na circulação das mercadorias e do capital. Durante muito tempo, a *produção* dos indivíduos foi reduzida a um resultado natural das relações sexuais em detrimento de seu caráter social, e isso pareceu justificar sua exclusão das teorias do capitalismo. Dessa forma, sublinhando que a família é exterior à produção capitalista, compreendem-se melhor as forças contraditórias em jogo, reveladas pelos estudos sobre o século XIX, e o desenvolvimento da industrialização. Para o modo de produção capitalista, trata-se de assegurar a reprodução das forças de trabalho sobre as quais ele repousa. Para os trabalhadores, a família pode ser vivida como

um lugar de autonomia preservado da vida de trabalho, um lugar de resistência contra a exploração do trabalho industrial.

Evocaremos sucintamente a dupla hipótese que fundamenta nossas análises. Primeiramente, ao contrário de outras formas sociais onde a produção de bens e a reprodução das pessoas participam das mesmas atividades sociais e são, por conseguinte, realizadas no seio das mesmas relações sociais, a sociedade capitalista caracteriza-se pela autonomização relativa da produção (sob a forma de uma produção generalizada de mercadorias), da reprodução social dos indivíduos. Surgem, dessa forma, de maneira distinta, as atividades de produção centradas no desenvolvimento do trabalho assalariado e as relações sociais a ele relacionadas, de um lado, e de outro lado, o conjunto das atividades que concorrem para a reprodução social dos indivíduos. Em segundo lugar, essa separação da produção e reprodução apóia-se nas transformações da família e na emergência de uma nova forma de divisão do trabalho entre os sexos. As mulheres seriam definidas prioritariamente pelo seu lugar no seio da família e sua destinação ao trabalho doméstico enquanto trabalho de reprodução; os homens, pelo lugar que ocupam no seio da produção mercantil e do trabalho assalariado. Podemos salientar que essa divisão não é simétrica; as mulheres não estão isentas do trabalho assalariado. O lugar delas nesse campo é determinado com referência a uma atribuição primeira ao trabalho doméstico. Enfim, as transformações no interior da família são indissociáveis das mudanças que se operam no interior do conjunto das instituições que participam igualmente da reprodução social. As transformações da escola e da medicina em corporações de profissionais detentoras de um saber científico distinto dos saberes populares anteriores contribuem para a evolução do lugar das mulheres no seio de suas famílias. A designação das mulheres para o trabalho doméstico é correlativa a uma transformação de seus estatutos, os quais estão ligados ao estatuto novo da infância difundido pela medicina e pela escola e corroborado por novos processos legais.¹

1. Esta análise permitiu-nos romper com um ponto de vista demasiado economicista do trabalho doméstico, centrado na comparação entre o campo monetarizado e não monetarizado, sobre a tentativa de colocar em equivalência formas de não-valor e de valor, em detrimento de uma análise das relações entre os sexos. Isso não significa o abandono de toda análise dos fenômenos econômicos mas, por assim dizer, um desvio, uma artimanha para

Pôr em evidência os elementos de periodização da divisão do trabalho segundo o sexo acha-se no centro de nossa preocupação. Não se trata de proceder aqui a uma análise histórica das transformações da família, mas de se apoiar na existência contemporânea de formas de família diferentes: a primeira, que nomeamos "família do assalariamento", está centrada na reprodução dos indivíduos; para a segunda, que nomearemos "família patrimonial", a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um único e mesmo processo. Tomamos aqui, como exemplo, as famílias de agricultores.

Partindo da comparação entre famílias do assalariamento e famílias patrimoniais, mostraremos, na primeira parte do texto, em que o trabalho doméstico é específico da sociedade salarial. Na segunda parte, analisaremos mais particularmente a passagem da família patrimonial ao assalariamento e a passagem do trabalho das mulheres ao trabalho doméstico. Essa parte apóia-se igualmente na comparação entre formas de família diferentes, pondo em evidência, desta vez, não o que as opõe mas, ao contrário, os elementos de passagem de uma à outra.

Fundamentaremos nossa análise nos resultados de nossa pesquisa: *Família, trabalho doméstico e espaço-tempo das mulheres*.²

1. TRABALHO DOMÉSTICO E SOCIEDADE ASSALARIADA

1. O trabalho doméstico e o trabalho das mulheres na família rural patrimonial.

Fundar uma análise crítica e a consideração efetiva das relações sociais entre os homens e as mulheres. A análise materialista da opressão das mulheres é particularmente desenvolvida pela revista *Questions Féministes* e igualmente pela *Revue d'en face*, ed. Tierce. Para a crítica das análises econômicas, remetemos ao artigo de Annie L. Cot e Bruno Lautier "La frontière du capital", in *Non! Repères pour le socialisme*, n.º 9, setembro-outubro de 1981, artigo retomado in *Bulletin du MAUSS*, Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais n.º 1: "Le non marchand comme enjeu de la crise".

2. Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas, Françoise Sonthonnax-Mason, *Famille, travail domestique et espace-temps des femmes*, relatório de pesquisa C.A.E.S.A.R., Ministério dos Transportes, 1981. Françoise Sonthonnax não participou da redação final deste texto. Contudo, esse trabalho, diretamente resultante de nossa colaboração comum, não teria podido ser elaborado sem a contribuição de Françoise nas numerosas discussões preparatórias ao texto e sem os incentivos calorosos que ela nos prodigalizou ao longo da redação do texto.

A análise crítica da noção de família, implícita nos trabalhos dominantes de sociologia e de economia, levou-nos a questionar o óbvio, as visões não-históricas referentes à família, mas ainda mais aquelas que se referem às análises do trabalho doméstico e a nossa hipótese de especificidade do trabalho doméstico se revela justa, atividades à primeira vista idênticas dizem respeito, de fato, a práticas diferenciadas de acordo com as formas familiares. É por essa razão que, além de uma enumeração das tarefas realizadas pelas mulheres, uma abordagem comparativa entre conjuntos sócio-econômicos distintos se nos impunha na tentativa de caracterização das relações fundamentais do trabalho doméstico.

Definimos, como campo principal, um conjunto de famílias, todas ligadas ao trabalho assalariado e de diferentes classes sociais, e como campo complementar, famílias possuindo e cultivando uma pequena propriedade agrícola tradicional, onde o conjunto dos membros da família participa do trabalho agrícola.

A pesquisa em meio rural foi explorada de forma descentralizada: com efeito, nosso objetivo não era o estudo da totalidade da divisão do trabalho entre os sexos na família patrimonial, mas a busca das fronteiras e das modalidades do trabalho doméstico.

No centro de nossa pesquisa, tratava-se de mostrar em que as relações que se estabelecem entre a produção, a família e as diferentes instituições que concorrem igualmente para a reprodução social dos indivíduos determinam as práticas do trabalho doméstico. Estudar o trabalho doméstico necessita, então, que se leve em conta o conjunto dessas práticas e das relações entre os diferentes membros da família (marido e mulher, filhos, mas também parentes),³ relações com as escolas, os médicos, as diversas instalações sócio-culturais, os comerciantes, relações profissionais.

As limitações de tempo e de espaço do trabalho doméstico resultam da configuração espaço-temporal dos comércios, das instalações médicas e sócio-culturais, dos horários e locais de atividade do marido, dos filhos e da própria mulher quando esta exerce uma atividade assalariada. Sublinhemos que o exercício de uma atividade assalariada da mulher introduz novas dificuldades na organi-

3. Essa pesquisa inscreve-se na perspectiva dos trabalhos de Christine Delphy, sublinhando o interesse em romper com uma definição empírica do trabalho doméstico, em proveito de uma análise das relações sociais.

ção do trabalho doméstico mas não acarreta uma caracterização diferente do espaço-tempo das mulheres.

Trabalhar ou não trabalhar profissionalmente fora do âmbito da família não constitui uma escolha entre duas esferas de atividades autônomas; a questão fundamental continua sendo tornar com-partível o exercício de uma atividade profissional das mulheres com o trabalho doméstico. Nesse sentido, não há separação para as mulheres entre diferentes tempos sociais, tempo de trabalho assalariado, tempo de trabalho doméstico.

O trabalho assalariado não está isento das relações do trabalho doméstico, e os antagonismos de sexo atuam tanto no trabalho como no conjunto da vida social. Com efeito, as diferenciações sociais entre os sexos aparecem igualmente constitutivas das relações fundamentais do trabalho assalariado.

Tempo dependente, modelado pelas atividades e pelo tempo dos outros, o tempo das mulheres caracteriza-se pela fragmentação e pela superposição das tarefas. Esses aspectos são reforçados pela presença imediata das pessoas (marido e filhos) para quem o trabalho doméstico é realizado. E para reduzir a fragmentação das tarefas, muitas delas são transferidas para longe da presença dos outros membros da família: tarefas tornadas dessa forma *invisíveis* aos olhos daqueles para quem são realizadas. A presença e as solições dos diferentes membros da família agem, então, diretamente sobre a variabilidade das coibições do trabalho doméstico.

Em resumo, a análise sistemática das modalidades de execução do trabalho doméstico permite qualificar a relação de serviço às pessoas na qual estão inseridas as mulheres; essa relação supõe uma disponibilidade permanente de todo o seu tempo e não somente do tempo efetivamente passado na execução das tarefas.

Em compensação, a análise das entrevistas realizadas na região do Drôme colocou em evidência uma organização diferente do tempo e do espaço das mulheres e conduziu-nos gradativamente a sublinhar as oposições entre o trabalho das mulheres na família de tipo patrimonial e o trabalho doméstico correlativo ao desenvolvimento do trabalho assalariado.

Em primeiro lugar, os entraves externos à propriedade agrícola são minimizados. Existem relações entre as famílias rurais e as instituições tais como a escola, mas elas permanecem quase sempre externas às atividades das mulheres. Essa distância é reforçada pelas condições infra-estruturais: a escola fica longe e as crianças são

transportadas todos os dias pela condução escolar ou são internas nos colégios da cidade.

Por outro lado, as camponesas da região do Drôme, quando interrogadas, distinguem dois campos que elas opõem e misturam sucessivamente: *fora e dentro*. *Fora* também designado como a *roça*, em oposição à *casa*, compreende tanto a horta, o curral, quanto a lavoura e os rebanhos. E nenhuma barreira estanque entre as tarefas concernentes à produção consumida pela família e a que será vendida permite definir a cultura da horta ou a criação de galinhas como sendo um trabalho das mulheres para a família, denominado — em outras passagens — trabalho doméstico, e isso ainda que a divisão do trabalho entre os sexos seja tal que as mulheres assumam a maior parte deste trabalho.

Essa distinção entre dois locais de trabalho traduz, de fato, o peso relativo de cada um deles na atividade das mulheres: variação ligada aos ritmos das estações, às exigências das culturas e da criação de animais. Essa modulação manifesta a prioridade do trabalho agrícola na estruturação do tempo das mulheres porquanto elas constituem uma mão-de-obra participando efetivamente na exploração do patrimônio. Esse fato não exclui que algumas das tarefas domésticas efetuadas pelas mulheres, e tão-somente por elas, permaneçam incompreensíveis quaisquer que sejam as necessidades do trabalho. Esses trabalhos concernem à preparação das refeições e aos cuidados com as crianças, tarefas que não podem ser adiadas durante o dia ou suprimidas. Notemos, entretanto, que a composição da unidade familiar, a coabitação de várias gerações, permite transferências de tarefas de uma pessoa à outra, sem que se peça ou se realize um serviço preciso; trata-se de um trabalho regido por obrigações comuns no âmbito da divisão do trabalho segundo o sexo.

É por isso que ficou evidente que o trabalho dessas camponesas não pode ser apreendido com os critérios definidos pelo trabalho das mulheres na sociedade assalariada. Para estudar as dificuldades de seu trabalho, a estruturação do seu tempo e do seu espaço, centramos a análise nas características da divisão do trabalho entre os diferentes membros da família no seio mesmo da propriedade agrícola.

Observamos que a oposição aí encontrada entre fora e dentro, as demarcações entre trabalho das mulheres e dos homens não encobrem, de forma alguma, as diferenciações entre atividades produtivas e atividades reprodutivas. A separação — frequentemente

citada no seio da propriedade familiar — entre produção para o mercado e autoconsumo é uma distinção contábil, fundada nos critérios das empresas industriais e comerciais. Sublinhemos que ela só se opera *a posteriori*: na data do balanço, é possível descontar o que foi vendido do que foi consumido mas isso não pressupõe, de modo algum, diferenciações na realização mesma da produção.

Assim a nosso juízo, não há definição global do trabalho das mulheres como trabalho de reprodução. Uma abordagem demasiadamente geral em termos de trabalho de reprodução, reprodução das pessoas, da energia, dos seres humanos, independentemente de toda determinação sócio-econômica distintiva não esclarece o estudo das modalidades contemporâneas de constituição dos indivíduos e de socialização das pessoas, como formas ligadas à sociedade salarial. Essas abordagens afastam-se de uma especificação das relações atuais entre os sexos em proveito de uma abordagem trans-histórica da divisão do trabalho, ao termo da qual as mulheres são destinadas à reprodução, fonte permanente de sua inferiorização social; assim é reforçada a visão fatalista da condição feminina ligada às funções biológicas da reprodução. Na base de nossas pesquisas, encontra-se a vontade de romper com as análises universalizantes da divisão do trabalho entre os sexos que conduzem inelutavelmente seus autores a generalizar as características ligadas a uma situação particular. Os trabalhos dos pesquisadores estrangeiros, dos etnólogos e dos antropólogos devem preservar-nos de toda generalização prematura; revela-se essencial, para estabelecer comparações com outros países, realizar uma análise precisa de nossa própria situação.

2. A sociedade salarial e a divisão do trabalho segundo os sexos

A periodização que estabelecemos no seio da divisão do trabalho segundo os sexos sublinha a existência de formas diferenciadas de relações homens-mulheres conforme as sociedades. Com respeito à sociedade salarial, os antagonismos entre os homens e as mulheres não se limitam às relações no interior da família e se exprimem através do conjunto das relações sociais.

4. Marie-Noëlle Chamoux. "La division sexuelle du travail chez les Indiens du Mexique: idéologie des rôles et rôles de l'idéologie", in *Critiques de l'Economie Politique*, n.º 17, setembro-dezembro de 1981.

A análise da divisão do trabalho segundo o sexo e da relação de serviço às pessoas na qual estão inseridas as mulheres supõe a interdependência do conjunto das instituições da reprodução. É por isso que a procura de uma demarcação entre a forma privada, familiar, do consumo e sua forma socializada não se mostra pertinente, na medida em que apresenta como alternativos elementos que são, ao contrário, co-determinados. O desenvolvimento das instalações para uso coletivo (como creches, por exemplo) não coloca em causa fundamentalmente a divisão do trabalho segundo os sexos; ao contrário, ele é constitutivo da atribuição das mulheres ao trabalho doméstico.

O acesso diferenciado às instalações sócio-culturais de acordo com as classes é um dos elementos da multiplicidade, frequentemente contraditória, das relações que concorrem para a reprodução social dos indivíduos. O desenvolvimento das instalações para uso coletivo constitui ao mesmo tempo a manutenção de formas de controle e de sanção para com as mulheres na realização do trabalho doméstico e uma ampliação das atividades da família; ampliação que acarreta novas maleabilidades e inflexibilidades. Por exemplo, o desenvolvimento das creches é necessário para a extensão da atividade profissional feminina. Ao mesmo tempo, ele é vetor de prescrições e normas referentes aos cuidados a serem dados às crianças. Essas regras suscitam novas dificuldades na organização do trabalho doméstico. Não podemos desenvolver aqui essa análise em sua totalidade. Citaremos, como exemplo, a difusão cada vez mais ampla da psicologia e sua influência sobre as condutas que pais e mães deveriam adotar com seus filhos.

Esse exemplo ilustra um dos aspectos essenciais já assinalados, que nos esforçamos em descrever: trabalho assalariado e trabalho doméstico não são autônomos. Nesse sentido, nossa abordagem inscreve-se na linha comum a outras pesquisas fundadas na análise das inter-relações e das interdependências entre as relações de classe e entre os sexos.

A análise da autonomia relativa da produção e da reprodução não se baseia em um estudo distinto das esferas produtiva ou reprodutiva mas refere-se à análise da articulação desses dois aspectos. A distinção produção-reprodução não deve ser entendida no sentido primeiro de trabalho produtivo para os homens e trabalho repro-

duativo para as mulheres. Pois, homens e mulheres participam do trabalho produtivo enquanto população assalariada e homens e mulheres participam do trabalho reprodutivo se incluimos, ao lado do trabalho doméstico, as diferentes profissões que acompanham o desenvolvimento da escola, da medicina e outras legislações sociais. Num e noutro campo, a reprodução e a produção, as relações entre os sexos estão em funcionamento. Formulamos a hipótese de que a relação de serviço, na qual estão inseridas as mulheres mediante sua designação ao trabalho doméstico, é igualmente constitutiva da divisão capitalista do trabalho. A designação das mulheres para o trabalho doméstico determina as formas de diferenciação entre os sexos no seio da produção capitalista, diferenças que encontramos no conjunto das modalidades de inserção no mercado de trabalho assalariado. Reciprocamente, a inserção no mercado de trabalho diferenciado segundo o sexo mantém e reforça a designação prioritária das mulheres para o trabalho doméstico.

Estudando as interações entre essas duas esferas heterogêneas, a produção e a reprodução, sublinhamos os aspectos dinâmicos e contraditórios. Paralelamente às modalidades — diferenciadas segundo o sexo — de constituição do trabalho assalariado, a forma monetária dessa inserção no mercado de trabalho repousa, enquanto tal, numa avaliação das forças de trabalho indiferenciada sexualmente. A extensão da atividade feminina aparece ao mesmo tempo como o aumento de empregos prioritariamente reservados às mulheres e seu acesso a funções anteriormente exercidas pelos homens. As pesquisas que se referem ao crescimento do trabalho assalariado e da produção de mercadorias evidenciam o caráter hegemônico das relações mercantis: ampliação contínua de seu domínio e difusão de seu modo de racionalização através da sociedade em sua totalidade. Por outro lado, partindo de uma análise da divisão social do trabalho como o estudo das relações de classe e entre os sexos, nossa abordagem do trabalho assalariado não é mais redutível às definições clássicas das categorias mercantis. A análise da passagem da família patrimonial ao assalariamento e das transformações do trabalho das camponesas em trabalho doméstico é aqui o exemplo de abordagem multidimensional a ser desenvolvida, a partir do momento em que um aspecto não é mais considerado como prioritário à custa do outro.

II. A PASSAGEM DA FAMÍLIA PATRIMONIAL AO ASSALARIAMENTO E AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO DAS CAMPONESAS EM TRABALHO DOMÉSTICO

A família patrimonial, tal como ela existe na região do Drôme, apresenta uma estrutura comparável à da família do Antigo Regime do qual ela provém: a unidade familiar é constituída pelo conjunto das pessoas que trabalham para conservar ou aumentar um mesmo patrimônio e que dele vivem. O tamanho e a composição da família, outrora variáveis segundo a importância do patrimônio e a forma de herança, e não limitadas aos consanguíneos,⁵ na verdade se unificaram. Apenas pequenas propriedades conservaram um modo de organização patrimonial. As grandes propriedades agrícolas funcionam como empresas capitalistas. Quando o porte da propriedade familiar não permite a divisão entre vários herdeiros, ela é transmitida, na maioria dos casos, pelo pai a um dos filhos, e a família patrimonial se limita à família conjugal desse filho e a seus parentes.

O paralelo que se pode estabelecer com a família do Antigo Regime não autoriza, evidentemente, abstrair o capitalismo, quando se trata de analisar a família patrimonial contemporânea. Em primeiro lugar, a propriedade agrícola familiar não é uma sobrevivência mas, como mostraram, por exemplo, Servolin,⁶ ou Gervais, Jollivet e Tavernier,⁷ é a forma sócio-econômica mediante a qual o capital industrial e o bancário se asseguraram da dominação da produção agrícola. Lembremos que a propriedade agrícola familiar se desenvolve na França na segunda metade do século XIX (até a guerra de 40). Mais recentemente, com o desenvolvimento da indústria agro-alimentar, não é somente através do mercado que se exerce a dominação do capital: os pequenos produtores são cada vez mais obrigados a transformar o processo de produção para torná-lo

compatível com as exigências das indústrias fornecedoras (adubos, alimento para gado, etc.) e subsidiárias (alimentares). Eles transformam-se em empregados, até mesmo em quase assalariados dessa indústria. A divisão capitalista do trabalho ingressa na pequena propriedade rural: divisão hierárquica entre as decisões de produção, a gestão, a organização do trabalho, que podem tornar-se quase totalmente externas à própria propriedade agrícola, e a execução e divisão parcelizadas do trabalho de execução.

Mas existem graus de submissão ao capital, variáveis segundo as regiões, as produções, o tamanho da propriedade. Em particular, pequenas propriedades pouco equipadas, praticando a policultura e vivendo em grande parte do autoconsumo, permanecem relativamente afastadas da integração na produção capitalista. É o que acontece na região de nossa pesquisa. Elas são, entretanto, submetidas ao mercado capitalista.

O baixo grau de integração da propriedade familiar na região do Drôme favorece, certamente, a preservação da forma familiar patrimonial, mas é enquanto forma dominada (por conseguinte, transformada) que ela subsiste. As condições do mercado capitalista fazem dela uma forma sócio-econômica precária, na medida em que os meios de reprodução do patrimônio tendem sempre a diminuir. A cadeia de reprodução do patrimônio vivem da propriedade camante integrada no assalariamento. Apenas vivem da propriedade quando esta perdura de uma geração a outra, os pais e a família conjugal do filho herdeiro. Algumas vezes, a este acrescenta-se um outro filho herdeiro. Algumas vezes, a este acrescenta-se um outro filho ou uma filha solteira. Mas, freqüentemente, também o próprio filho herdeiro, até mesmo sua mulher, exercem uma profissão assalariada, paralelamente à sua atividade na propriedade.

Poder-se-ia prosseguir essa análise das modalidades da dominação da propriedade familiar agrícola pela economia capitalista e reforçar, desse modo, a tendência de um grande número de estudos a privilegiar as relações econômicas como relações determinantes do processo de dominação. Esse não é o nosso propósito.

1. Mostrando que existem relações sociais próprias ao capitalismo que não são redutíveis às relações de produção (mesmo em *última instância*), postulamos a necessidade, quando se fala da hegemonia capitalista, de se interrogar sobre a hegemonia das formas capitalistas de reprodução dos indivíduos bem como sobre a hege-

5. O contingente familiar das grandes propriedades patrimoniais do Antigo Regime comportava não somente várias gerações de consanguíneos, bem como uma criadagem considerável.

6. Claude Servolin. *Aspects économiques de l'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*. INRA, 1971.

7. Michel Gervais, Marcel Jollivet, Yves Tavernier, *La fin de la France paysanne, de 1914 à nos jours. Histoire de la France Rurale*, tomo 4, ed. du Seuil.

monia capitalista, isto é, sem postular uma relação de determinação de uma pela outra.

2. A passagem ao assalariamento e a passagem do trabalho das camponesas ao trabalho doméstico se apresentam como um mesmo processo de transformação da família patrimonial.

1. A hegemonia das formas capitalistas da reprodução

A proposição segundo a qual a reprodução dos indivíduos na sociedade capitalista é relativamente autônoma, ou separada, da produção tem um duplo significado: por um lado, designa a constituição de um campo da reprodução onde se articulam o trabalho doméstico e as instituições especializadas da reprodução⁸ e, por outro lado, a divisão inscrita nos próprios indivíduos entre as relações sociais de produção e as relações de reprodução — traduzida na cronologia e na cotidianidade de suas vidas, de maneira diferenciada segundo os sexos. O trabalho da escola, da medicina e o doméstico, dos quais os indivíduos são o objeto, supõem e reforçam essa divisão. Pode-se tomar o exemplo da infância e da adolescência, socialmente definidas e estruturadas como períodos pré-produtivos, pela ação conjunta da escola, da medicina e da família.

Na família patrimonial, não há autonomia da reprodução. Se a infância e a adolescência (para conservar nosso exemplo) não escapam à definição social dominante, isso não se passa sem contradições: quando estão presentes, crianças e adolescentes participam nos trabalhos agrícolas e as meninas, além disso, nos afazeres domésticos. Ora, a definição escolar da infância é a de um tempo dividido entre o aprendizado (não produtivo) e a brincadeira. Os vínculos de trabalho das mulheres, definidos pela estrutura patrimonial, com a escola e a medicina não são imediatos. É o que se verifica com clareza quando se observam as práticas das mulheres nas famílias

8. Mostramos em outros trabalhos como, a partir de trabalhos de historiadores sobre os séculos XVIII e XIX, o trabalho doméstico constituiu-se em relação indissociável com a escola e a medicina. (Cf. Jacqueline Brener, Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas, *La séparation production/reproduction et la famille capitaliste*, trabalho apresentado no Colóquio da ACSES sobre o processo de trabalho, setembro de 1977, Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas, "Travail domestique et espace/temps des femmes", in *International Journal of Urban and Regional Research*, número especial de *Women and the city*, volume 2, n.º 3, Londres, 1978.

mais tradicionais. Por um lado, são menos frequentes as relações diretas com a escola (conduzir as crianças, encontros com os professores, acompanhamento do trabalho escolar) e com os médicos e, por outro lado, as normas produzidas pela medicina (e pela escola) que regem o trabalho doméstico são menos urgentes: o trabalho doméstico, por exemplo, que se desenvolve em relação estreita com a difusão da higiene, é absolutamente secundário junto às mulheres das famílias camponesas mais tradicionais.

Mas a medicina e a escola são impostas pelo Estado à totalidade da população; a escola, pela obrigação de escolarização das crianças; a medicina, através da Previdência Social, da legislação da Proteção Maternal e Infantil, etc. Essas instituições possuem o monopólio das práticas legítimas em suas especialidades (cuidados médicos, educação) e impõem o reconhecimento dessa legitimidade. As práticas das mulheres tendem, pois, a se transformar sob o efeito da dominação das instituições da reprodução. As práticas alimentares, por exemplo, transformaram-se consideravelmente no meio rural desde o período entre as duas grandes guerras:⁹ a alimentação tornou-se tão variada quanto no meio urbano e, correlativamente, o trabalho de preparação tornou-se maior. Essa transformação está ligada não somente ao aumento dos recursos e à extensão do comércio alimentar no campo mas, igualmente, à difusão dos princípios de dietética pela medicina. A educação referente aos primeiros meses de vida também transformou-se. Assim, tanto quanto para os citadinos, encontra-se na região do Drôme uma correlação entre a idade das mulheres e o modo de amamentação dos bebês: as variações entre a amamentação no seio e a utilização do leite em pó parecem ter seguido as da doutrina médica e psicológica nessa questão.

Pode-se formular a hipótese de que essas transformações não se efetuam sem contradições. Definidas ao mesmo tempo na lógica patrimonial e na lógica capitalista, as práticas das mulheres apresentam aspectos heterogêneos e até mesmo antinômicos. A análise de tais contradições parece-nos importante na problemática dos efeitos de dominação do capitalismo e da passagem da forma patrimonial à forma capitalista. Não tendo podido aprofundar essa análise a partir de nossa pesquisa, sustentaremos nossas afirmações com a ajuda de elementos de uma pesquisa referente a um campo distin-

9. Cf. M. Gervais, M. Jollivet, Y. Tavernier, *op. cit.*, pp. 208 a 210.

to do trabalho das mulheres: a pesquisa de Jeanne Favret-Saada sobre a feitiçaria no "bocage"* de Mayenne. Essa pesquisa pós em evidência a coexistência de dois sistemas de práticas e de representações e o efeito de dominação de uma sobre a outra.

Duas lógicas de interpretação dos ataques contra as pessoas e os bens coexistem: quando a unidade patrimonial é atingida mediante uma repetição de catástrofe atingindo as pessoas, os animais ou os bens que a constituem, a interpretação em termos de magia¹⁰ predomina, ao passo que, quando se trata de danos à saúde ou então de prejuízos econômicos banais ou pontuais, é a racionalidade dominante que é utilizada, com raciocínios distintos segundo a matéria. Mas os dois sistemas de interpretação, se bem que heterogêneos, coexistem freqüentemente a propósito de um mesmo acontecimento (a escolha de um curandeiro em vez de um médico para certas doenças atesta essa ambivalência). No entanto, o discurso produzido para os de fora é o da legítima racionalidade científica: mesmo quando falam de sortilégio, os camponeses situam os fatos sempre em um outro lugar, na região *atrasada* (o povo vizinho, no caso) e se distinguem dos relatos de habitantes de tal povoado, situando-se na crítica racionalista. A hegemonia capitalista traduz-se, então, por esses dois aspectos intrincados: de um lado, a coexistência de dois sistemas de referência nas representações e nas práticas dos camponeses, e de outro lado, a camuflagem do sistema de referência dominado e a reivindicação da vinculação ao sistema legítimo face a todo indivíduo situado fora do círculo mais próximo, e não sendo protagonista nas trocas mágicas.

Se os resultados de tal pesquisa não são, evidentemente, diretamente transferíveis para o objeto de nosso estudo, eles podem,

* *Bocage*: paisagem característica do oeste da França, formada de prados cercados por pequenos bosques. (N. do T.)

10. "O enfeitado é o chefe de uma propriedade rural e igualmente o chefe de uma família". O ataque de feitiçaria é um golpe na força vital constitutiva do domínio do enfeitado, isto é, da "capacidade de sobrevivência (vida e morte dos animais e das pessoas), de reprodução (esterilidade dos animais e das pessoas) e de produção (esgotamento da força de trabalho, deterioração dos meios de produção, esgotamento das vacas, esterilidade das terras, obrigação de despesas improdutivas)", pela expansão da força do feitiçeiro. Essa força é sobrenatural, pois não pode ser contida nos limites de seu território normal, a propriedade patrimonial. Jeanne Favret-Saada. *Les mots, la mort, les sorts*, Gallimard, 1980, p. 252 e segs.

contudo, ajudar-nos a construir as hipóteses relativas aos efeitos da dominação das formas capitalistas de reprodução sobre as práticas e as representações das mulheres na família patrimonial.

2. As transformações da família patrimonial: passagem ao assalariamento e passagem ao trabalho doméstico

Existe uma correlação entre a passagem do trabalho das camponesas ao trabalho doméstico e as modalidades de sua participação no trabalho agrícola. Quando as mulheres constituem uma mão-de-obra indispensável, a divisão de trabalho entre os sexos é a da família patrimonial (cf. primeira parte). Em compensação, quando as mulheres são uma mão-de-obra complementar, uma ajuda, em particular na ocasião das colheitas e das ceifas, elas se dedicam mais ao trabalho *de casa*. Porém, mais do que a quantidade de trabalho em casa, o que muda é a relação das mulheres com esse trabalho e a própria natureza dele, visto que o tempo que a ele se pode consagrar é maior.

Tudo se passa como se uma menor participação no trabalho agrícola tivesse por corolário imediato uma modificação do trabalho das mulheres em direção à forma de trabalho doméstico.

Desse modo, as tarefas propriamente domésticas, como lavar e passar roupa, a limpeza da casa, assumem a importância e o caráter obrigatório que têm para as mulheres urbanas. A relação com as crianças transformar-se igualmente: estas vão muito mais raramente ajudar no trabalho agrícola. Membros da família patrimonial, participando à sua maneira na manutenção do patrimônio, as crianças tornam-se prioritariamente o objeto dos cuidados e da atenção da mãe. Esta última *ocupa-se* delas sempre que estão em casa. A organização de seu tempo torna-se dependente dos horários escolares. As práticas educativas estão mais estreitamente ligadas à escola e à definição social da infância que ela produz: a mãe controla o trabalho escolar, brinca com as crianças, preocupa-se com seu *pleno desenvolvimento*, etc...

Em resumo, nas transformações da relação com o trabalho doméstico e sobretudo da relação com as crianças, aparecem a situação de disponibilidade permanente das mulheres para com a família e a articulação com as instituições da reprodução, próprias ao trabalho doméstico.

Essa tendência à transformação do trabalho das mulheres do campo em trabalho doméstico, desde que sua participação nos tra-

balhos agrícolas se atenua, pode ter sido interpretada em termos de difusão de um modelo dominante. Todavia, essa não é a nossa abordagem: para nós, a passagem ao trabalho doméstico inscreve-se nas transformações estruturais da família patrimonial. Com efeito, é nas famílias onde se manifestam as relações sociais próprias ao assalariamento, nas famílias onde se instaura uma separação entre a produção e a reprodução, é nessas famílias que a participação das mulheres nos trabalhos rurais se reduz e que suas atividades tendem a se transformar em trabalho doméstico. É o que ocorre nas famílias onde a lógica patrimonial é abandonada em benefício da lógica da empresa.

Essas transformações são atestadas pelo movimento de reivindicação de um estatuto de agricultora profissional, que se desenvolve a partir dos anos 70 junto às camponesas. Elas denunciam, por exemplo, a passagem à monocultura ou à mecanização como meios *de excluir as da atividade agrícola e de reconduzi-las ao papel de donas-de-casa em vez de lhes permitir melhorar suas condições de trabalho na propriedade rural e adquirir uma identidade profissional*.¹¹ E quando recusam as tarefas de *tapa buraco e reivindicam que seu trabalho na propriedade agrícola seja bem delimitado, distinto da atividade doméstica*.¹² elas dão-se conta, de algum modo, das transformações da família camponesa.

A atividade das camponesas tende também a se transformar em trabalho doméstico nas famílias onde coabitam pessoas que trabalham na propriedade e membros da família assalariados fora dela.¹³ A família patrimonial transforma-se então, parcialmente, em família reprodutiva. O tempo das mulheres, que era organizado segundo o ritmo das atividades agrícolas e uma unidade de horários para as atividades coletivas (as refeições, por exemplo, reúnem, às mesmas horas, todas as pessoas trabalhando na propriedade), esse tempo é,

11. A. Barthez, *Famille, travail et agriculture*, Economica, 1982, p. 77.

12. A. Barthez, *op. cit.*, p. 78.

13. "Em 1955, 201.000 rapazes e moças vivem em famílias que exploram a terra, exercendo um trabalho fora e sem nenhuma atividade na propriedade agrícola. Em 1970, 323.800 acham-se nessa situação. A progressão é de 60%..." "Entre os empregados da casa propriamente ditos um bom número exerce uma atividade fora e só trabalha a tempo parcial na propriedade". Em 1970, os empregados-ajudantes familiares de sexo masculino, de tempo parcial, representam 61% do total. M. Gervais, M. Jolivet e Y. Tavernier, *La fin de la France paysanne*, *op. cit.*, p. 266.

doravante, igualmente dependente dos horários dos assalariados, da alternância entre sua presença e sua ausência, que definem modalidades diferentes do trabalho de reprodução efetuado por eles (cf. primeira parte).

Dessa maneira, quer a família patrimonial transforme-se numa empresa, quer uma parte de seus membros seja assalariada fora da propriedade, passagem ao assalariamento, separação da produção e da reprodução, e transformação do trabalho das mulheres em trabalho doméstico aparecem como um único e mesmo processo de transição.

Seria necessário, no entanto, abster-se de generalizar essa afirmação. Se existem sistemas sociais onde produção e reprodução não são dissociáveis, nem por isso eles têm, necessariamente, a estrutura da família patrimonial e da divisão do trabalho entre os sexos própria a essa família. Por outro lado, a dominação capitalista reveste formas diferenciadas segundo as formações sociais onde ela se exerce. Em particular, as formas de dominação imperialistas não podem, certamente, ser analisadas nos mesmos termos que as que se exercem nos países onde o capitalismo se desenvolveu a partir de transformações internas.